

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE
INFORMAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS DO
ASSENTAMENTO AMPARO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS/MS**

HELOIZA CRISTINA HOLGADO DA SILVA

**DOURADOS/MS
2013**

HELOIZA CRISTINA HOLGADO DA SILVA

**COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO
ENTRE OS ATORES SOCIAIS DO ASSENTAMENTO AMPARO NO
MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, para obtenção do Título de Mestre em Agronegócios.

**ORIENTADORA: PROFa. DRa. ERLAINE
BINOTTO
CO-ORIENTADOR: PROF. DR. OLIVIER
FRANÇOIS VILPOUX**

**DOURADOS/MS
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

S586c Silva, Heloiza Cristina Holgado da.
Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais do assentamento Amparo no município de Dourados/MS / Heloiza Cristina Holgado da Silva – Dourados-MS : UFGD, 2013.
83 f.

Orientadora: Profa. Dra. Erlaine Binotto.
Dissertação (Mestrado em Agronegócios)
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Assentamento rural – Dourados. 2. Assentamento Amparo. 3. Práticas cooperativas. I. Binotto, Erlaine. II. Título.

CDD: 333.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS

Heloiza Cristina Holgado da Silva

**COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO
ENTRE OS ATORES SOCIAIS DO ASSENTAMENTO AMPARO NO
MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADORA: Prof^a Dr^a. Erlaine Binotto – UFGD

CO-ORIENTADOR: Prof. Dr. Olivier François Vilpoux - UCDB

Prof. Dr. Clandio Favarini Ruviano - UFGD

Prof. Dr^a Silvia Morales de Queiroz Caleman - UFMS

Dezembro/2013

HELOIZA CRISTINA HOLGADO DO SILVA

**COOPERAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO ENTRE OS
ATORES SOCIAIS DO ASSENTAMENTO AMPARO NO MUNICÍPIO DE
DOURADOS/MS**

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios com área de Concentração em Agronegócios e Desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados (MS), ____ de _____ de _____.

Profa. Erlaine Binotto, Dra.
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Profa. Erlaine Binotto, Dra. (Orientadora)
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Olivier François Vilpoux, Dr. (co-orientador)
Universidade Católica Dom Bosco

Prof. Clandio Favarini Ruviaro, Dr.
Universidade Federal da Grande Dourados

Profa. Silvia Morales de Queiroz Caleman, Dra.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a DEUS, por sua bondade e fonte de inspiração para superar os desafios em minha vida.

A todos que fazem parte da minha história, familiares, amigos e colegas, sem os quais não seria possível muitas de minhas conquistas.

Agradeço em especial à Prof^a Erlaine Binotto, minha orientadora, que me guiou na condução do trabalho e sempre de forma calma soube me fazer enxergar o rumo a seguir.

Ao Prof Olivier François Vilpoux, meu co-orientador, bem como, a Prof^a Silvia Morales de Queiroz Caleman e ao Prof. Clandio Favarini Ruviano que participaram das minhas bancas de defesa de dissertação e qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados, seus professores, que transmitiram conhecimentos e ampliaram minha percepção, às vezes limitada, de certos assuntos; aos técnicos pelo suporte oferecido durante todo o período.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, minha instituição de origem, pela concessão de afastamento integral para fins de estudo, contribuindo para a concretização dessa meta particular, o mestrado.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos moradores do Assentamento Amparo, que me concederam o privilégio de adentrarem em suas casas e conhecer um pouco mais sobre suas vidas e percepções. Sou imensamente grata pela cordialidade da recepção e pela disposição em participarem da pesquisa.

*“Deus não manda coisas impossíveis,
mas sim, ao mandar o que manda,
convida-te a fazer o que possas, a pedir
o que não possas, e te ajuda para que
possas.”*

Santo Agostinho de Hipona

RESUMO

No contexto atual cada vez mais o desempenho dos agentes econômicos vincula-se a intensidade de informações e seu compartilhamento é impactado pelas interações sociais e relações interpessoais. O objetivo deste trabalho consiste em identificar os elementos presentes no compartilhamento de informação e se há relação com as posturas cooperativas dos atores sociais no assentamento. Assim, o estudo de caso foi desenvolvido no Assentamento Amparo, localizado no município de Dourados em Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma pesquisa que adota a abordagem qualitativa, possui caráter exploratório e descritivo. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com visitas aos lotes. Para análise dos dados utilizou-se o método de análise de conteúdo e o programa *SPSS*. Os resultados da pesquisa mostram que existem barreiras ao compartilhamento de informação e às práticas cooperativas, tais como: a falta de um espírito de coletivismo fortalecido no assentamento, assentados decepcionados com iniciativas anteriores de cooperação e tendências ao individualismo. Ainda cita-se que a confiança, o ato de cooperar e a reciprocidade também foram abordados. Assim, identificou-se baixo índice de cooperação e a realização de atividades cooperativas executadas com pouca frequência. Logo, o compartilhamento de informação e as posturas cooperativas representam uma expressividade restrita. Observou-se que a confiança exerce relevante influência sobre as motivações que levam os entrevistados a compartilhar informação.

Palavras-Chave: Compartilhamento de informação. Confiança. Cooperação. Reciprocidade.

ABSTRACT

In actual reality increasingly the performance of economic agents is linked to the intensity of information and your sharing is impacted by social interactions and interpersonal relationships. This research aims to identify the elements present in the information sharing and your possible relation with the cooperative attitudes of social actors in the rural settlement. Thus, the case study was developed in Amparo rural settlement, located in the municipality of Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. This study is qualitative, furthermore has exploratory and descriptive features. Data collection was conducted through semi-structured interviews , with visits the property family. For data analysis was used the Content Analysis method and software SPSS. The results indicated there are barriers to the information sharing and cooperative practices, such as: insufficient of a spirit of collectivism strengthened the rural settlement, settlers disappointed with previous initiatives of cooperation and individualists trends. Other elements were also addressed: trust, the act of cooperation and reciprocity. The results indicated a low level of cooperation and conducting cooperative activities performed infrequently. Therefore, information sharing and cooperative attitudes represent a restricted expressiveness. It was observed that trust significant influence on the motivations for information sharing between social actors.

Key words: Information sharing. Trust. Cooperation. Reciprocity.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Desenho esquematizado da estrutura da dissertação | 18 |
| Figura 2 - Definir e organizar os relacionamentos entre os dados cria informação | 30 |
| Figura 3 - Fatores que influenciam o compartilhamento de informações e conhecimentos entre os indivíduos..... | 31 |
| Figura 4 - Mapa do Assentamento de Reforma Agrária Amparo | 37 |
| Figura 5 - Localização do Assentamento de Reforma Agrária Amparo | 38 |
| Figura 6 - Localização do Assentamento Amparo em relação ao Brasil e ao estado de Mato Grosso do Sul | 41 |
| Figura 7 - Plano de análise | 44 |
| Figura 8 - Descrição das subcategorias da disponibilidade e adequação da informação | 45 |
| Figura 9 - Descrição das subcategorias do Compartilhamento de informação | 45 |
| Figura 10 - Descrição das subcategorias da Percepção sobre cooperação | 46 |
| Figura 11 - Descrição das subcategorias da Percepção sobre confiança..... | 46 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Síntese dos aspectos abordados sobre cooperação, que são tratados na pesquisa | 23 |
| Quadro 2 - Conceitos de confiança definidos por diversos autores | 25 |
| Quadro 3 - Síntese dos aspectos abordados sobre confiança, que são tratados na pesquisa | 28 |
| Quadro 4 - Síntese dos aspectos abordados sobre compartilhamento de informação, que são tratados na pesquisa..... | 33 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Quantitativo e área total (em hectares) de estabelecimentos brasileiros e sul-mato-grossenses familiares e não familiares..... | 36 |
|--|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1- Idade da população residente no Assentamento Amparo..... | 47 |
| Tabela 2 - Níveis de escolaridade da população residente no Assentamento Amparo... | 48 |
| Tabela 3 - Ocupações dos entrevistados antes de residirem no Assentamento Amparo | 49 |
| Tabela 4 - Principais fontes de informação dos entrevistados..... | 50 |
| Tabela 5 - Adequação da assistência técnica com as necessidades dos entrevistados ... | 52 |
| Tabela 6 - Apoio que o pesquisado busca para obter informação | 53 |
| Tabela 7 - Disposição dos entrevistados a compartilhar informação e compartilhamento efetivamente realizado nos últimos 12 meses..... | 54 |
| Tabela 8 - Frequência de desenvolvimento de atividades conjuntas nos últimos 12 meses | 57 |
| Tabela 9 - Percepção dos entrevistados quanto à confiança e a ajuda recíproca entre moradores do assentamento..... | 61 |

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

DOU - Diário Oficial da União

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

PA - Assentamento Federal

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PIB - Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1.1 Objetivos..... | 14 |
| 1.1.1 Objetivo geral | 14 |
| 1.1.2 Objetivos específicos..... | 14 |
| 1.2 Justificativa..... | 15 |
| 1.3 Estrutura do Trabalho | 16 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 19 |
| 2.1 Cooperação | 19 |
| 2.2 Confiança..... | 24 |
| 2.3 A informação e seu compartilhamento..... | 29 |
| 3 AGRICULTURA FAMILIAR | 34 |
| 3.1 Conceituação e importância..... | 34 |
| 3.2 Assentamento Amparo | 36 |
| 4 METODOLOGIA..... | 40 |
| 4.1 Tipo de Pesquisa..... | 40 |
| 4.2 Sujeitos da Pesquisa | 40 |
| 4.3 Coleta de dados..... | 42 |
| 4.4 Tratamento e análise dos dados | 43 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 47 |
| 5.1 Perfil dos entrevistados e membros familiares | 47 |
| 5.2 Fontes de informação..... | 49 |
| 5.3 Necessidade e compartilhamento de informação | 52 |
| 5.4 Cooperação | 55 |
| 5.5 Confiança..... | 60 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 64 |
| REFERÊNCIAS | 67 |
| APÊNDICES | 77 |
| ANEXO | 83 |

1 INTRODUÇÃO

Uma nova economia surgiu no final do século XX e foi descrita como informacional, global e em rede (CASTELLS, 1999). O autor a caracteriza como informacional em decorrência da produtividade e da competitividade estar vinculada à forma como são geradas, processadas e aplicadas as informações com base em conhecimentos. Nesse contexto, Lastres e Albagli (1999, p.8) afirmam que a partir de uma “série de inovações sociais, institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas e políticas”, vivenciadas nessa nova economia, a informação e o conhecimento passam a assumir um novo e estratégico papel. Adicionam ainda que, no desempenho desse papel, observam-se “novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, cooperação e competição entre os agentes” (LASTRES; ALBAGLI, 1999, p.8). Concluem que esse cenário tem como origem uma maior intensidade da utilização de informação e conhecimento nos processos econômicos.

Assim, observa-se a importância da informação e seu compartilhamento no desempenho das atividades produtivas. No entanto, para que haja o compartilhamento e a difusão da informação, bem como de conhecimentos, faz-se necessário que os indivíduos estejam conectados, e que existam canais ou mecanismos de comunicação capazes de favorecer os diversos fluxos de conhecimento e o aprendizado interativo (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

Nesse intuito, Patruco (2003) demonstra a presença de uma correlação entre a existência de relações cooperativas, a abundância de mecanismos de comunicação entre diversos agentes e o desempenho inovador das empresas. Ademais, alguns elementos influenciam a escolha de um determinado agente em uma interação ou em uma parceria, tais como a “confiança, reputação, qualificação (conhecimento técnico), proximidade, identidade e estabilidade institucional ou financeira” (ALBAGLI; MACIEL, 2004, p. 14).

A coordenação de informações e recursos é algo necessário e a partir desta deriva-se a cooperação entre os agentes na economia (PIORE, 2001). Dessa forma, a cooperação é expressa por uma ação articulada, onde se verificam objetivos comuns que norteiam a resolução de problemas (SCOPINHO, 2007).

Também se deve salientar a relação da confiança com a cooperação, pois ela é necessária para que se possa deslocar-se de uma situação de não cooperação para uma

de cooperação, sendo a confiança um tipo de crença na credibilidade de outras pessoas (ROTHSTEIN, 2000). Wegner *et al.* (2011) observaram que a confiança é um dos fatores imprescindíveis para a manutenção de um grupo e para se buscarem objetivos comuns.

Outro aspecto que a literatura traz se refere à proximidade social, sendo que esta proporciona formas de cooperação entre os atores envolvidos. Tal fato é visualizado como uma das características das regiões que apresentam um maior dinamismo (ABRAMOVAY, 2000). Além disso, Santos (1997) complementa que a proximidade vivenciada entre as pessoas em relações cotidianas e ocasionada por afetividade possui a capacidade de intensificar a comunicação.

Nesse sentido, Candil, Arruda e Arakaki (2007) observam que a cooperação é relevante para estimular o desenvolvimento em assentamentos rurais. Ainda de acordo com os autores, resultados indicam que é essencial o fortalecimento da associação em assentamentos rurais e o estabelecimento de estratégias com a finalidade de estimular as relações interpessoais e interinstitucionais.

Corroborando com os autores, Pires (2002) destaca que os assentamentos rurais encontram dificuldades em se tornarem produtivos e autônomos, fato que decorre de atitudes inadequadas que atrapalham o seu desenvolvimento, tais como as formas de gerir as associações em assentamentos que acabaram por as desvirtuarem de seus propósitos. Somam-se também as dificuldades de articulação entre os assentados, as quais decorrem de suas variadas origens e culturas, o que atrapalha a formação do espírito de comunidade e coletivismo (PIRES, 2002).

As ações cooperativas podem também ser prejudicadas por tendências pessoais à autonomia. Em indivíduos com um histórico de dependência ao pai, ao patrão ou a outro agente, o ato da conquista de um lote em um assentamento rural é visualizado como o rompimento dessa relação, rumo à autonomia (TERRA, 2009). Acrescentam-se também as aspirações do assentado, baseadas no espírito individualista que marca sua trajetória em torno da propriedade, do patrimônio familiar e do trabalho personalizado (WANDERLEY, 1996). Também se considera que, caso o assentado tenha sido um trabalhador urbano (ex-assalariado urbano) existe a tendência na reprodução da forma de propriedade individual, marcada pela posse nos padrões tradicionais de exploração produtiva (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007).

Este estudo considera que os indivíduos são “agentes transformadores da realidade social, permitindo, portanto, o estudo das interações que ocorrem nos diversos

tipos de relações sociais presentes em diferentes organizações” (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2011, p. 149). Dentre essas organizações as autoras citam os assentamentos rurais. Nessa perspectiva, o presente estudo trata os moradores do assentamento, objeto de pesquisa, como atores sociais, tendo em vista que Touraine (1998) aborda o sujeito como um ser que possui vontade de ator, o que significa dizer que esse atua e modifica o seu meio social, assim o sujeito ganha força enquanto sujeito da ação.

Desse modo, considerando que a cooperação pode criar um ambiente de aprendizado, onde a troca e o compartilhamento de informação podem ser percebidos, e que a disseminação de informação pode ser reforçada com as relações de cooperação e confiança que fortalecem as interações, este estudo pretende compreender como a informação é gerada e compartilhada nas interações ocorridas entre os atores sociais pesquisados. Entende-se que a busca por informação pode ser um dos fatores pelos quais as pessoas tendem a manter relações cooperativas. Tais informações, neste trabalho, são as relacionadas ao desempenho das atividades produtivas dos atores sociais, tais como informações técnicas de produção e comercialização, bem como referentes a financiamentos e demais políticas públicas.

Diante desse quadro o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: Qual o papel do compartilhamento de informação como fator de cooperação no assentamento?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Avaliar a relevância da informação para as posturas cooperativas dos atores sociais no assentamento.

1.1.2 Objetivos específicos

- Identificar as formas de cooperação estabelecidas entre os atores sociais;
- Identificar as necessidades de informação dos atores sociais;
- Identificar as fontes de informação utilizadas pelos atores sociais;
- Identificar e analisar os elementos presentes no compartilhamento de

informação a partir das interações dos atores sociais.

1.2 Justificativa

Jara (1999) descreve a necessidade de unir questões objetivas e subjetivas com vistas a conciliar as várias dimensões do desenvolvimento. Esclarece que isso implica pensar em diversos elementos, dentre eles, o acesso à informação. Com isso são favorecidas as novas relações de cooperação e solidariedade entre os indivíduos e as instituições (JARA, 1999).

Também se observa a relevância da informação enquanto recurso de poder, pois está vinculada ao desenvolvimento e à capacidade da própria sociedade em gerar e aplicar conhecimentos (HOLANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013; LOPES; FREIRE, 2012). O processo de criação e aplicação dos conhecimentos ocorre a partir do acesso à educação e à informação (HOLANDA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013). Corroborando com essa ideia Stewart (2002) argumenta que o bom desempenho dos agentes econômicos está condicionado à intensidade de informações, a qual é a base para o conhecimento.

Por sua vez, Alves e Barbosa (2010) consideram que compartilhar informação é simultaneamente parte do processo de produção e seu principal produto. Destacam a relevância da informação nos processos de produção econômica e social do mundo contemporâneo. É nesse ponto que os autores expressam a relação da informação com a cooperação, tendo em vista que, assim como a informação, “a cooperação e a colaboração no trabalho, surgem como condição e resultado das formas atuais de produção econômica” (ALVES; BARBOSA, 2010, p. 126). Acrescentam ainda o papel da informação como um relevante instrumento de emancipação humana e social. Portanto, visualiza-se a ligação entre os elementos informação e cooperação para o desempenho das atividades econômicas e sociais.

Nesse contexto, Ferreira (2011) acrescenta que, na esfera social, a troca de recursos informacionais é efetivada por meio das relações constituídas entre os agentes sociais e esse comportamento se manifesta de forma complexa. A troca ou compartilhamento requer no mínimo dois agentes envolvidos nesse processo, o emissor e o receptor, que devem ser capazes de estabelecer uma comunicação eficiente entre si.

Nesse sentido, Higgins (2005) considera que as relações sociais estabelecem um patrimônio “não visível”, o que não implica a ineficiência deste, já que se observa que

são altamente eficazes, tanto no aspecto individual quanto coletivo. Assim, quando as relações sociais têm como base a reciprocidade e a expectativa de que ambos irão cumprir com o estabelecido, os fatores que irão motivar uma ação coletiva serão a confiança e a cooperação (HIGGINS, 2005).

Ainda adiciona-se que, a partir da percepção da relevância do ato de compartilhar e de sua efetividade, é possível criar uma cultura de aprendizagem (DIXON, 2000). Dessa forma, as informações e o conhecimento têm que proporcionar uma aprendizagem para assim modificar uma realidade (TOMAÉL; ALCARÁ; CHIARA, 2005). Nessa direção, é essencial a conscientização sobre a importância em compartilhar como primeiro passo para um processo mais amplo, o da aprendizagem, que conforme Binotto (2005, p. 68) “é um permanente processo de desconstrução/reconstrução do conhecimento”.

Dentre as várias razões que estimulam a realização deste estudo estão: conhecer como a cooperação se manifesta no Assentamento Amparo e qual o papel do compartilhamento de informação nesse processo.

Assim, considera-se que a relevância teórica do trabalho está na exploração dos temas sobre cooperação e compartilhamento de informação, relacionados especificamente à agricultura familiar. Tendo em vista que foram encontrados poucos estudos relacionados a tais temáticas, os quais estavam mais voltados a redes de empresas ou a cadeia de suprimentos. Dessa maneira, verifica-se uma oportunidade em explorar as temáticas apresentadas visualizadas no estudo de caso em um assentamento rural.

Como relevância empírica, o estudo tem o intuito de contribuir para a formulação de estratégias institucionais, pois, de acordo com o exposto anteriormente, o acesso à informação e seu compartilhamento podem proporcionar meios para o desenvolvimento de uma comunidade. Nesse ponto, a influência das interações sociais é, sobretudo, visualizada em aspectos como a cooperação, a confiança e a reciprocidade.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta dissertação contém seis seções. A primeira traz a introdução que contempla a problemática, objetivos e a justificativa. Na sequência são apresentados os referenciais teóricos que embasam a análise, seguidos de um capítulo referente à agricultura

familiar. A seção quatro constitui-se da metodologia utilizada no estudo e é seguida da análise dos resultados. A última seção traz as considerações finais.

Para finalizar a introdução, desenvolve-se um desenho que esquematiza e sintetiza a estrutura da dissertação, conforme se expõe na Figura 1.

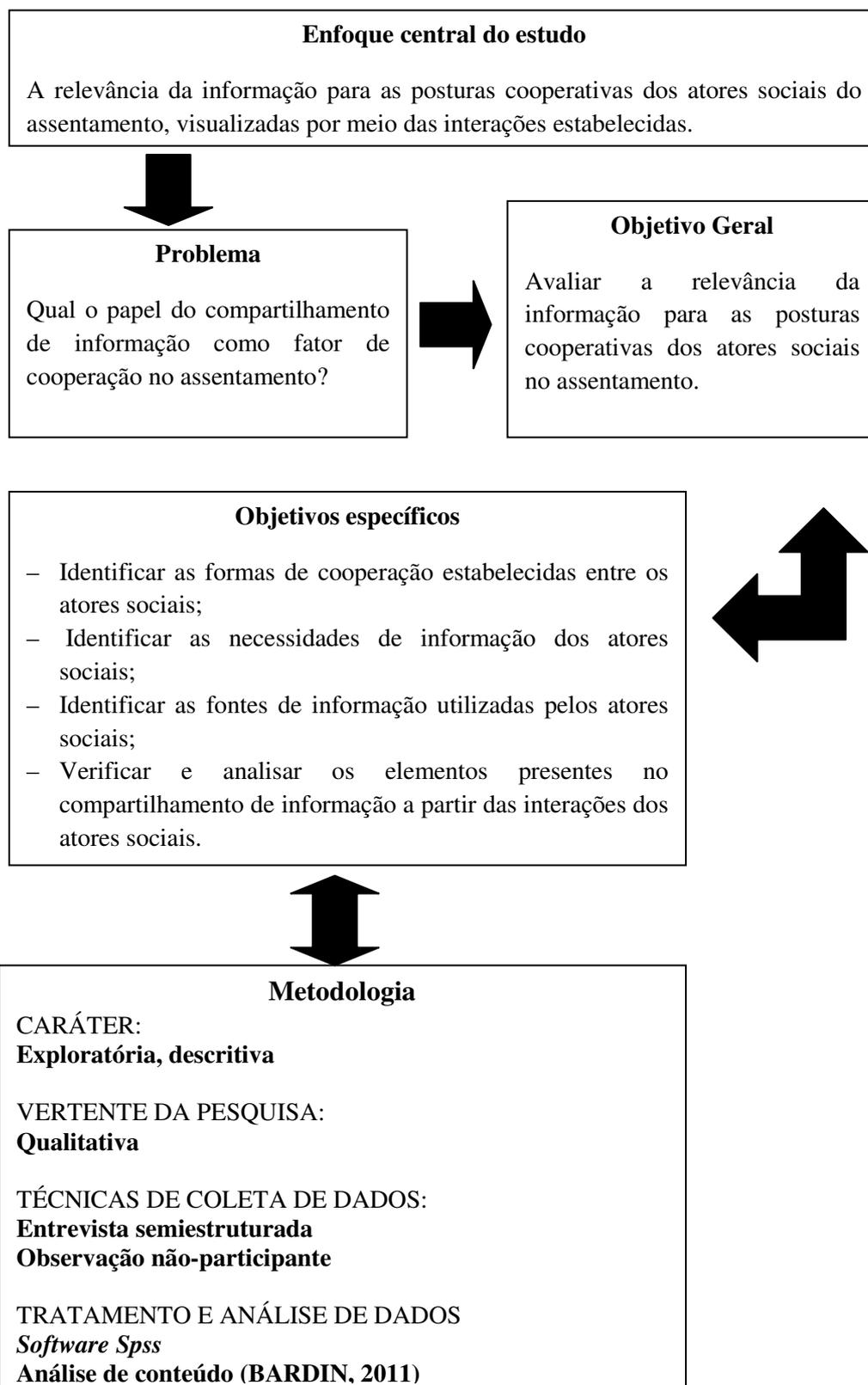


Figura 1: Desenho esquematizado da estrutura da dissertação.

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são abordadas as temáticas da cooperação e da confiança, tendo em vista que pode ser observada a relação entre ambas. Também é tratada a temática da informação, abrangendo o seu compartilhamento.

2.1 Cooperação

Conforme Procópio (2006, p. 65), a cooperação pode ser visualizada “como um fenômeno bastante vasto, complexo e de causas múltiplas”. Assim, diversas áreas do conhecimento abordam a temática da cooperação, dentre elas a de estudos organizacionais, onde vale destacar Barnard (1979). Para o autor as organizações podem ser vistas como um sistema cooperativo e é sob essa concepção que ele visualiza as organizações formais e as informais. Descreve que um sistema cooperativo é um conjunto de diversos componentes físicos, biológicos, pessoais e sociais, os quais estabelecem um relacionamento sistemático específico, que decorre da cooperação estabelecida entre duas ou mais pessoas objetivando ao menos um determinado alvo. Assim, uma organização sobrevive quando: existem pessoas capazes de se comunicarem entre si (interação), essas pessoas estão dispostas a colaborar com ação (cooperação) e possuem a finalidade de realizar um propósito comum (objetivos) (BARNARD, 1979).

O mesmo autor expõe que existem na sociedade e nas organizações formais relações humanas que não dependem de controle e de coordenação determinada por um centro de poder que vise a um objetivo específico (como ocorre nas empresas). Esse fenômeno é denominado de organização informal e descrito por Barnard (1979, p. 129) como:

É verificação da observação comum e da experiência, que pessoas podem frequentemente, entrar em contacto e agir umas sobre as outras, mesmo quando esses relacionamentos não façam parte de qualquer organização formal, nem sejam por ela dirigidos. [...] A característica desses contactos ou interações é que eles ocorrem e continuam ou são repetidos sem nenhum propósito específico consciente de "conjunto". O contacto pode ser acidental [...] ou pode nascer de algum desejo pessoal ou de algum instinto gregário [...].

Embora na definição de organização informal Barnard (1979) exclua as intenções conjuntas, ele revela que resultados comuns podem se originar dessa

organização.

Nesse sentido, Procópio (2006) salienta que para a existência da cooperação não é necessariamente obrigatória a presença de um objetivo específico predeterminado e compartilhado pelas pessoas que cooperam e nem mesmo o próprio conhecimento por parte dessas pessoas em relação à necessidade de cooperar. Nessa perspectiva, o autor afirma que a cooperação humana pode manifestar-se com base em uma concordância consciente, ou derivada da utilização da força, bem como da manipulação e da compra da colaboração ou de forma espontânea ou informal.

Em contraponto, Jesus e Tiriba (2009, p. 80) definem que cooperação é o ato de “cooperar ou operar simultaneamente, colaborar, trabalhar em conjunto. Está associado à ideia de ajuda mútua, de se contribuir para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade”. Expõem que a cooperação pode ser percebida por diferentes perspectivas. Em uma forma mais ampla, a cooperação denota a ação coletiva de indivíduos, os quais têm por finalidade partilhar, de maneira espontânea ou programada, o esforço na elaboração da vida social.

A cooperação também pode ser entendida como um processo social que tem por base a interação humana e o estabelecimento de relações associativas, onde grupos de pessoas interagem com a finalidade de encontrar soluções para problemas comuns, bem como, se reúnem por meio de interesses comuns, que permitem efetivar objetivos do grupo (FRANTZ, 2001). Assim, corroborando com o autor, Jesus e Tiriba (2009, p. 80) visualizam a cooperação como um “processo social em que pessoas, grupos, instituições e/ou países atuam de forma combinada para atingir objetivos comuns ou afins”.

Ainda existem outros aspectos relacionados à cooperação, tais como a reciprocidade. Axelrod e Hamilton (1981) discorrem sobre a Teoria da Cooperação baseada na reciprocidade. Os autores observaram a tendência dos jogadores em cooperar e em não cooperar após n rodadas de um jogo. Por meio de jogos de computador, programados para executar o Dilema do Prisioneiro repetidas vezes, os autores verificaram que a estratégia vencedora adotada pelos jogadores era a do olho por olho, ou seja, inicia-se o jogo cooperando com o adversário e posteriormente repete-se a mesma ação que o outro jogador realizou no movimento anterior. Dessa forma, observou-se que olho por olho é uma estratégia de cooperação baseada na reciprocidade.

Outra questão emerge da abordagem de Monnier e Thiry (1997), que discorrem a respeito do egoísmo. Eles salientam o enfoque utilitário-monetarista, onde a hipótese

do egoísmo, inicialmente verificada no *homo economicus*, progressivamente se alastrou em todo o domínio da atividade humana, estando hoje radicalizado até mesmo no âmbito familiar. Ainda destacam o caráter multidisciplinar ao abordar tal temática, que inclui as ciências cognitivas, as quais apresentam o indivíduo como um sujeito cuja utilidade ou interesse e a moral se chocam constantemente. Concluem que o ser humano além de ser um ser racional, capaz de realizar as escolhas adequadas para conquistar determinada finalidade, também age sob a influência de suas emoções e valores. Esses valores que são a base dos movimentos cooperativos, mutualistas e da ação voluntária, são os da solidariedade e democracia econômica, que podem ser aceitos somente com dificuldade na visão ‘utilitário-monetarista’ do indivíduo (MONNIER; THIRY, 1997).

Para direcionar um pouco a análise, Lacerda e Malagodi (2007) consideram as práticas simples de cooperação em assentamentos rurais, tais como troca de dias de trabalho, mutirão, compadrio, entre outras, como forma de se alcançar a cooperação agrícola mais complexa como, por exemplo, a instalação de pequenas agroindústrias.

Entretanto, existem diversos fatores que influenciam a cooperação e a organização coletiva em assentados rurais. Nesse sentido, Carvalho (1999, p. 3) reforça a necessidade em se compreender as [...] interações sociais vivenciadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais nos assentamentos, a partir das suas experiências de vida (suas biografias) e das condições objetivas e subjetivas apresentadas na nova situação, a do assentamento [...]. As condições objetivas estão relacionadas com a situação da terra, com os meios de produção e com o mercado. Já as subjetivas dizem respeito às necessidades econômicas, às origens e à cultura dos indivíduos.

Na discussão perante esse contexto, Sousa (2002) afirma que fomentar a cooperação agrícola em assentamentos é um desafio tanto para o Movimento dos Trabalhadores sem Terra quanto para os assentados, em decorrência de sua percepção individual e familiar em trabalhar no campo. Salienta que as estratégias educativas que visam à cooperação, adotadas por movimentos sociais, não devem ser meros mecanismos de repasse de informações e valores, mas devem tornar possível construir/reconstruir novas maneiras de organizar a produção.

Scopinho (2007) corrobora ao afirmar que entre os assentados é observada uma tendência à não aceitação da ‘cooperativa como um modelo de organização’. No entanto, verifica-se a propensão a valorizar a cooperação como uma forma de organizar a vida em sociedade, bem como a vida econômica. Observa que tal fato demonstra o receio da institucionalização, manifesto sob o argumento da burocratização e da perda

de autonomia. Por outro lado, ressalta que o associativismo formal é uma condição imprescindível à legalização de assentamentos de reforma agrária. Em contraponto, ainda conforme a autora, nota-se que há um retorno às formas mais tradicionais de organizar o trabalho, que estão fundamentadas na cooperação espontânea, tendo em vista a percepção da relevância de se cooperar, sendo esse um fator essencial à sobrevivência dos assentados. A tendência ao retorno do coletivo também é visualizado por Lasserre (1967) citado por Jesus e Tiriba (2009).

Em relação às motivações que induzem à cooperação, vários autores abordam diferentes aspectos. Destaca-se Thesek (2006) ao afirmar que as motivações para a prática cooperativa advêm da identificação de uma necessidade, que por sua vez precisa de uma integração coletiva para ser satisfeita. Barnard (1979) verifica que a cooperação surge da necessidade individual em superar as limitações, tanto pessoal quanto físicas do ambiente em que se está inserido. Destaca que os indivíduos possuem limitações pessoais que podem ser de natureza biológica, física, psicológica ou de natureza social, as quais reduzem a sua capacidade de atuação de maneira isolada.

Jesus e Tiriba (2009) também abordam os motivos pelos quais as pessoas cooperam e para expor os argumentos citam o “interesse individual” *versus* o “interesse coletivo”. Concluem que talvez os motivos que conduzam à cooperação tanto possam ser devido a motivações individuais como coletivas. Para tanto mencionam o exemplo de um empreendimento coletivo, no qual a participação e integração possibilitam a obtenção de sustento e renda. Entretanto o sucesso do empreendimento se deve à cooperação considerada como uma ação sob o aspecto de um processo social (JESUS; TIRIBA, 2009).

Diante do exposto, as relações de cooperação podem ser vistas como práticas sociais, econômicas e culturais. Essas relações podem se fortalecer com o estabelecimento de condições objetivas e subjetivas que conduzam a princípios de solidariedade e mutualidade (THESEK, 2006; JESUS; TIRIBA, 2009).

Conforme observado anteriormente, a reciprocidade pode ser um dos elementos no qual a cooperação pode estar baseada. Além disso, Tesche e Machado (2012) observaram que as relações sociais de reciprocidade desempenham um papel importante na cooperação e na formação de confiança entre agricultores familiares.

Assim, será abordado o tema da reciprocidade (o ato de dar, receber e retribuir) neste estudo. Para tanto, é necessária a compreensão da noção de reciprocidade.

Descreve-se a contribuição de Mauss (1974), a chamada Teoria da Dádiva. O autor demonstra que a reciprocidade está baseada na dádiva, sendo que a dádiva é revelada por meio do ato de dar, receber e retribuir, que vem a ser a reciprocidade, a qual inicia os ciclos de dádiva. Dessa forma, os três elementos da reciprocidade formam um processo de fortalecimento da confiança, da ajuda mútua e da solidariedade (TESCHE; MACHADO, 2012).

Sabourin (2011) descreve que Simmel foi o primeiro sociólogo a abordar a importância da reciprocidade como alicerce das relações sociais e como aspecto fundamental para a coesão social.

Diante das várias abordagens apresentadas sobre cooperação, faz-se uma síntese por meio do quadro abaixo.

Quadro 1 - Síntese dos aspectos abordados sobre cooperação, que são tratados na pesquisa.

| Autores | Enfoque dado à cooperação |
|--|---|
| Axelrod e Hamilton (1981) | Baseada na reciprocidade. |
| Monnier e Thiry (1997); Jesus e Tiriba (2009); Thesek (2006) | Princípio na solidariedade e mutualidade. |
| Thesek (2006) | Motivações para a prática cooperativa advêm da identificação de uma necessidade. |
| Procópio (2006) | Concordância consciente; compra da colaboração; espontânea ou informal. |
| Scopinho (2007) | Cooperação espontânea como forma de organizar o trabalho e a vida em sociedade. |
| Jesus e Tiriba (2009) | Ajuda mútua, contribuição para o bem-estar de alguém ou de uma coletividade, colaboração, trabalho em conjunto. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos conceitos apresentados (2013).

Com a finalidade de responder aos questionamentos apresentados na pesquisa, faz-se necessário abordar a temática da confiança, cuja relação com a cooperação é descrita por Rothstein (2000). Dessa maneira, a próxima subseção aborda a confiança e suas definições de acordo com diversos autores.

2.2 Confiança

Pode-se observar a relação da confiança com a cooperação, pois ela é necessária para que possa deslocar-se de uma situação de não cooperação para uma de cooperação (ROTHSTEIN, 2000). Acrescentam-se também as constatações de Higgins (2005) que menciona diferentes exemplos de estudos empíricos, dentre eles, sobre organizações produtivas e mercado de trabalho, os quais se ocupam em investigar se as relações de confiança e de reciprocidade podem melhorar o desempenho dos agentes econômicos.

No tocante a definições, a confiança pode ser considerada como um tipo de crença na credibilidade de outras pessoas (ROTHSTEIN, 2000). Como o aceite dos riscos associados com o tipo e a intensidade da inerente interdependência em um determinando relacionamento (SHEPPARD; SHERMAN, 1998). Os autores definem que a confiança, na maioria das vezes, não é um agir irracional, mas uma ação gerida pela fé nas pessoas, nos relacionamentos e nas instituições sociais.

Hosmer (1995) e Schoorman, Mayer e Davis (2007) citados por Ianaguivara (2011) argumentam que não existe um consenso relativo à definição de confiança, tendo em vista as diversas perspectivas de estudo nas quais o tema é abordado.

Para Barney e Hansen (1994), a confiança é o sentimento mútuo de que nenhuma das partes envolvidas explorará as vulnerabilidades da outra. Por sua vez, Ianaguivara (2011) descreve as definições de confiança interpessoal de Mishra (1996), Möllering (2006), Kramer (1999), Rousseau *et al.* (1998), Schoorman, Mayer e Davis (2007), Yamagishi, Kikuchi e Kosugi (1999), Södeström (2009) e Hosmer (1995) e verifica seus pontos em comum, percebidos nas características positivas para com a outra parte na relação de confiança, bem como a boa vontade, o oportunismo e a credibilidade expressos de forma limitada. Também nota-se a presença de valores morais e princípios éticos nas definições de confiança interpessoal.

Por sua vez, Rothstein (2000) apresenta a abordagem de Hardin (1998), que se esforça para manter o conceito de confiança dentro do paradigma racionalista. Para ele, A confiará em B se A acreditar que a estrutura de incentivos de B é tal como o interesse de B em satisfazer as expectativas de A em uma determinada troca. Assim, Rothstein (2000) concorda com Hardin (1998), ao expressar que não há confiança nos indivíduos de uma forma geral e sim uma confiança somente em trocas específicas, mas discorda no tocante ao fato do agente ter que despender recursos e tempo para reunir informações sobre B, verificando o auto-interesse deste, para que se possa realizar uma troca.

Além das definições de confiança apresentadas anteriormente, outras merecem destaque e são descritas no Quadro 2.

Quadro 2 - Conceitos de confiança definidos por diversos autores.

| Autores | Definição |
|----------------------------------|--|
| Griffin (1967) | A confiança sobre as características de um objeto, ou a ocorrência de um evento, ou o comportamento de uma pessoa a fim de obter um desejado, mas incerto objetivo em uma situação de risco. |
| Rotter (1967) | Uma expectativa mantida por um indivíduo ou grupo que a palavra, promessa, declaração verbal ou escrita de outro indivíduo ou grupo possa ser confiada. |
| Driscoll (1978) | A convicção que os tomadores-de-decisão irão produzir resultados favoráveis aos interesses da pessoa sem nenhuma influência dessa pessoa. |
| Frost; Stimpson e Maughan (1978) | Uma expectativa mantida por um indivíduo que o comportamento (verbal ou não verbal) de outro indivíduo ou grupo de indivíduos seja altruísta e pessoalmente benéfica para ele mesmo. |
| Larzelere e Huston (1980) | O grau (PONTO) que uma pessoa acredita outra pessoa (ou pessoas) ser benevolente e honesta. |
| Lewis e Weigert (1985) | A realização (GARANTIA) de um arriscado curso de ação na expectativa confiante que todas as pessoas envolvidas na ação vão agir competentemente e obedientemente. |
| Zucker (1986) | Um conjunto de expectativas dividido por todos aqueles envolvidos em uma troca. |
| Bradach e Eccles (1989) | Um tipo de expectativa que alivia o medo que o parceiro de troca de alguém irá agir de forma oportunista. |
| Fukuyama (1995) | As expectativas que surgem dentro de uma comunidade de comportamento regular, honesto e cooperativo, baseado em normas divididas comumente da função de outros membros daquela comunidade. |
| Currall e Judge (1995) | Confiança comportamental do indivíduo em outra pessoa sob uma condição de risco. |
| Robinson (1996) | Como as expectativas, crenças ou suposição de alguém sobre a probabilidade que futuras ações de outro serão benéficas, favoráveis ou pelo menos não nociva aos interesses de alguém. |
| Doney e Cannon (1997) | Credibilidade compreendida e benevolência de um alvo de confiança. |

.....*continuação*

| | |
|-------------------------|--|
| Clark e Payne (1997) | Um estado de espírito daqueles que confiam em relação a aqueles que receberam a confiança. |
|-------------------------|--|

Fonte: Adaptado de Tzafrir e Harel (2002, citados por NAKAYAMA *et al*, 2007, p.3).

Glaeser *et al.* (1999) trazem uma perspectiva um pouco diferenciada, evidenciam que existem três fatores pelos quais as pessoas diferem na sua vontade de confiar nos outros: (1) diferentes crenças em relação à confiabilidade dos outros; (2) diferentes preferências sobre dar aos outros, sendo manifesta em escolhas altruístas e (3) diferentes habilidades para suscitar um comportamento merecedor de confiança nos outros. Tais fatores podem depender tanto da característica individual, quanto do atributo do grupo.

Sabel (1993) aborda a confiança como uma pré-condição para a vida social, sendo definida como o ato de confiar em que nenhuma das partes irá explorar as vulnerabilidades da outra parte. Dessa forma, segundo o autor, é observado o compartilhamento da confiança, explicitado pela confiança mútua. Nesse sentido, a confiança é o senso de compartilhamento de expectativas – e a confiança de que tais expectativas continuarão a ser compartilhadas, fato indispensável à vida social.

Além da influência da confiança, pode-se verificar em Rosenberg (1956) que a visão de humanidade também pode influir na atitude de uma pessoa para com as várias estruturas institucionais, práticas sociais e princípios ideológicos. O autor também relaciona a confiança com a fé nas pessoas.

A confiança também desempenha um papel importante no compartilhamento de informação e conhecimento, tendo em vista que “os indivíduos devem confiar no que os outros estejam dispostos a ouvir e a reagir às suas ideias” (VON KROGH; ICHIJO; NONAK, 2001, p.61).

Nessa perspectiva, Gambetta (2000) resume que confiança (ou, simetricamente, a desconfiança) é um nível particular da probabilidade individual com que um agente avalia que outro agente, ou conjunto de agentes, irá executar uma ação específica. Dessa forma, quando é dito que alguém é confiável, significa que implicitamente a probabilidade de que este vai executar uma ação que é benéfica ou pelo menos não prejudicial à outra parte é provável o suficiente para considerar atraente alguma forma de cooperação com essa pessoa (GAMBETTA, 2000). Relata que um

indivíduo não merecedor de confiança implica que existe uma probabilidade limitada o suficiente para se evitar a realização da troca com o mesmo.

Portanto, o estado de ignorância ou incerteza sobre o comportamento de outras pessoas é fundamental para a noção de confiança. Ela está relacionada com os limites da nossa capacidade em alcançar um pleno conhecimento dos outros, os seus motivos, as suas respostas a alterações endógenas e exógenas (GAMBETTA, 2000).

Nessa direção, Giddens (1991) vincula a confiança com a ausência no tempo e no espaço tendo em vista que não se consegue, na totalidade, visualizar, conhecer e compreender as atividades e o pensamento de uma pessoa, bem como os procedimentos de um sistema. Assim existe a necessidade de se confiar. O autor associa a confiança com a falta de informação plena e a racionalidade limitada das partes envolvidas, essencialmente ligada à contingência, ou seja, à incerteza sobre se algo acontecerá ou não.

Diante disso, a confiança é definida por Giddens (1991, p. 41) como sendo: “uma crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)”.

Em síntese, a confiança é capaz de diminuir a sensação de complexidade apresentada pelo ambiente e envolve riscos calculados ou não (FISCHER; NOVELLI, 2008). Também se enfatiza que apesar da confiança não ser “o único meio para lidar com situações complexas, sua ausência causa, no limite, desarmonia, impasse e imobilismo” (FISCHER; NOVELLI, 2008, p.72).

Por conseguinte, observa-se que o risco e a confiança se entrelaçam, pois esta normalmente auxilia na redução ou minimização dos perigos no desempenho de atividades específicas (GIDDENS, 1991). Vale salientar que o autor descreve que risco e perigo não são sinônimos, mas o risco pressupõe o perigo. Ou seja, no momento em que alguém arrisca alguma coisa ele corteja o perigo, sendo que o “perigo é compreendido como uma ameaça aos resultados desejados” (GIDDENS, 1991, p. 42). O autor descreve que o risco considerado como “aceitável”, compreendido como a minimização do perigo, varia conforme o contexto no qual se insere, entretanto este desempenha, de modo geral, um papel central na manutenção da confiança.

Nota-se também, de acordo com Andrade, Fischer e Stefano (2011) que a confiança tem seu princípio no compartilhamento de valores que habilita as pessoas a

trabalharem em conjunto, possibilitando a produção de quantidades significativas de conhecimento e inovação.

Diante da abordagem de Giddens (1991), a confiança interpessoal é algo que deve ser “trabalhado” pelos agentes envolvidos, sendo os requisitos: a abertura do indivíduo para o outro e a manifesta cordialidade. Ressalta que a confiança é algo a ser conquistado, e não o fruto de um controle por meio de códigos normativos e fixos.

Por fim, Lundasen (2002, p. 322) apresenta os elementos fundamentais da confiança, quais sejam, “risco, informação, expectativas em relação ao comportamento da contraparte, a possibilidade de obter confiança dos outros e a possibilidade de ter um retorno maior se confiar”.

Ante as várias abordagens apresentadas sobre confiança, faz-se uma síntese dos aspectos que são tratados na pesquisa, por meio do Quadro 3.

Quadro 3 - Síntese dos aspectos abordados sobre confiança, que são tratados na pesquisa.

| Autores | Enfoque dado à confiança |
|---|---|
| Rosenberg (1956); Sheppard e Sherman (1998) | Fé nas pessoas; Ação gerida pela fé nas pessoas. |
| Sabel (1993) | Senso de compartilhamento de expectativas. |
| Giddens (1991); Rothstein (2000) | Uma crença na credibilidade de uma pessoa. |
| Gambetta (2000) | Nível particular da probabilidade individual com que um agente avalia que outro agente ou o conjunto de agentes irá executar uma ação específica. |
| Andrade, Fischer e Stefano (2011) | Princípio no compartilhamento de valores. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos aspectos apresentados (2013).

Conclui-se que relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação facilitam a construção de processos de mudança social e desenvolvimento humano, fortalecendo o tecido social (JARA, 1999), trazendo benefícios ao desenvolvimento de uma comunidade.

Em relação à confiança, percebe-se que esta pode influenciar as relações sociais e o compartilhamento de informação. Essas relações e o compartilhamento podem ser reforçados pela confiança. Nesse sentido, é de suma relevância abordar a

temática da informação e seu compartilhamento como meio de subsidiar o estudo em direção a responder aos questionamentos que suscitam esta pesquisa.

2.3 A informação e seu compartilhamento

Tendo em vista que a cooperação pode proporcionar um ambiente de aprendizagem interativo onde é percebido o compartilhamento e a troca de informação e que uma das motivações para a prática cooperativa advêm da identificação de uma necessidade, conforme visualizado por Thesek (2006), necessidade que, neste estudo, vem a ser a de informação, faz-se necessário abordar a temática do compartilhamento de informação com o intuito de atingir os objetivos propostos no estudo.

Primeiramente faz-se uma breve diferenciação entre os conceitos de dados e informações. Os dados constituem a matéria-prima da informação, entretanto, caracterizam-se por serem elementos brutos, sem significados (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Ainda conforme os autores, os dados expõem apenas o estado do mundo, não fornecem julgamento, interpretação e nem sequer estabelecem uma base para a tomada de ação. Dessa forma, segundo Angeloni (2003), os dados não são apropriados para dissipar incertezas. A qualidade dos dados deve ser levada em consideração. Destaca que dados sem qualidade conduzem a informações e decisões que também não possuem qualidade, comprometendo a tomada de decisão (ANGELONI, 2003).

Por sua vez as informações representam dados que contêm significado, que foram processados e contextualizados (ANGELONI, 2003). Ao contrário do dado, a informação proporciona julgamento e interpretação de algo por parte do destinatário, exercendo influência sobre seu comportamento (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

De acordo com a Figura 2, quando os dados são organizados de forma a manifestar significado estes se transformam em informações. Portanto, o tipo de informação é dependente da maneira como os dados são organizados. Com a inserção de novos dados, as relações podem ser redefinidas criando-se informações novas, conforme o item (b) da Figura 2. Dessa forma, a informação expressa em (a), quando recebe novos dados, é reorganizada e passa a ser visualizada conforme (b).

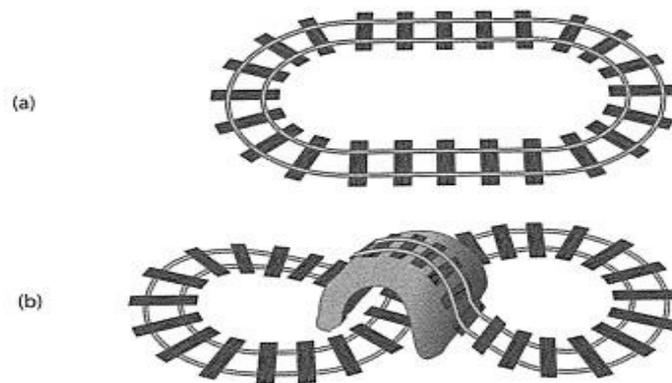


Figura 2 - Definir e organizar os relacionamentos entre os dados cria informação, item (a), informação antes da inclusão de novos dados, item (b), inclusão de novos dados e reorganização da informação.

Fonte: Stair e Reynolds (2002, p. 5).

Com referência ao compartilhamento da informação, inicialmente são necessários alguns esclarecimentos relativos ao termo compartilhar. Segundo Dixon (2000), a palavra compartilhar possui dois significados: doar uma parte, que é considerado um ato de generosidade, e ter em comum um sistema de crenças compartilhado. No entanto, a autora ressalta que esses significados se fundem.

Davenport (1998) relata que é "um ato voluntário", cuja finalidade é dispor as informações a outras pessoas. Para tanto, isso implica "vontade" por parte do emissor, no sentimento de querer compartilhar (DAVENPORT, 1998). Cohen (1998) ressalta que no ato de compartilhar informação encontra-se, mesmo que tacitamente nos indivíduos, o sentimento de reciprocidade, ou seja, compartilham se receberem algo em contrapartida.

A reciprocidade no ato de compartilhar também é abordada por Dyer e Nobeoka (2000) que a apresentam de duas formas: direta, quando dois indivíduos exercem concomitantemente os papéis de emissores e receptores da informação; e indireta, na qual é apresentada a figura de um terceiro indivíduo que contribui sem a expectativa de ganhar algo em troca. Entretanto, é ressaltado pelos autores que na medida em que o terceiro indivíduo não tiver a certeza de que ganhará uma compensação direta pela troca da informação compartilhada, este terá a propensão a zelar pelas informações que detém para um futuro compartilhamento.

Outros fatores também estão relacionados ao compartilhamento de informação, dentre eles o sentimento de pertencimento do indivíduo a uma coletividade ou grupo, que o faz compartilhar com os demais (ALCARÁ *et al*, 2009).

Acrescentam-se as influências descritas por Ipe (2003), que reuniu os fatores que influenciam mais significativamente o compartilhamento, sendo estes: a natureza do conhecimento, a motivação para compartilhar, as oportunidades para compartilhar e cultura no ambiente de trabalho (Figura 3).

Assim, para Ipe (2003), a natureza do conhecimento relaciona-se ao fato deste ser tácito ou explícito e ao valor atribuído a ele. Em se tratando das motivações, estas contemplam os fatores internos e externos. Os fatores internos incluem a percepção individual do conhecimento como poder (advindo da posse do conhecimento) e a reciprocidade que resulta do compartilhamento. Já os fatores externos incluem o relacionamento entre o fornecedor (transmissor) e o receptor e as recompensas para compartilhar.

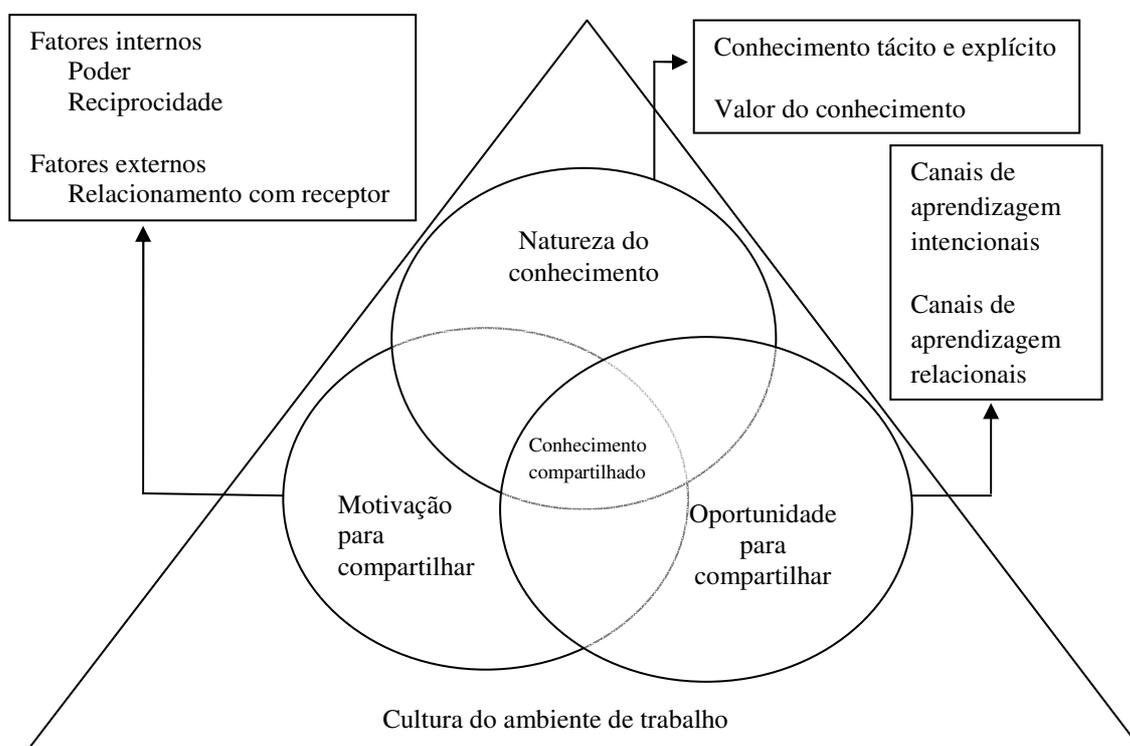


Figura 3 - Fatores que influenciam o compartilhamento de informações e conhecimentos entre os indivíduos.

Fonte: IPE (2003, p. 352).

Os relacionamentos com o receptor incluem dois elementos críticos: a confiança e o poder e *status* do receptor e do emissor. A confiança está relacionada diretamente ao ato de compartilhar, tendo em vista que compartilhar, conforme Cohen (1998), diz respeito a receber algo em troca e, para tanto, a confiança faz-se necessária.

Conforme Ipe (2003), as oportunidades para compartilhar podem ser de natureza formal ou informal, representando os mecanismos de compartilhamento. Em organizações a natureza formal é evidenciada em programas de treinamentos e a informal em relacionamentos interpessoais. Os canais de aprendizagem intencionais são promovidos por ambientes estruturados que favorecem o compartilhamento. Embora os canais de aprendizagem intencionais desempenhem um papel importante no compartilhamento, o conhecimento é compartilhado em maior quantidade em estruturas informais, por meio dos canais relacionais de aprendizagem, os quais favorecem a comunicação face a face e possibilitam desenvolver a confiança.

Davenport e Prusak (1998) destacam os aspectos que são relevantes para que a transferência e o decorrente compartilhamento de informação obtenham êxito:

- linguagem comum, necessária para que as pessoas se façam entender;
- contato direto que estabelece convívio e conseqüentemente elimina a ausência de confiança mútua;
- cultura comum, interesses e experiências em comum, assim facilitam-se o compartilhamento e a troca;
- status do possuidor do conhecimento, pois “as pessoas julgam a informação e o conhecimento que obtêm com base em quem os transmite” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.121).

Em síntese, as motivações para o compartilhamento de informação, segundo Alves e Barbosa (2010, p. 121) podem ser consideradas “como o produto entre as características do indivíduo e da situação – e todas as variáveis – que os envolvem”.

Por fim, menciona-se que “as relações interpessoais e as interações sociais estão entre os aspectos mais importantes para a aquisição, disseminação e compartilhamento de informações [...]” (LIN; LEE, 2006; LIN, 2008; PAGHALED; SHAFIEZADEH; MOHAMMADI, 2011; LIN; WU; LU, 2011) citados por Clementi *et al* (2012, p. 8). Também evidencia-se que essas relações interpessoais e as interações sociais podem ser facilitadoras do compartilhamento, assim como a cooperação interpessoal (CHO; LI; SU, 2007). Dessa forma, verifica-se que são vários os fatores que influenciam o compartilhamento de informação, e a falta deles pode se configurar como uma barreira ao efetivo ato de compartilhar.

Diante das diversas abordagens apresentadas sobre compartilhamento de informação, faz-se uma síntese dos aspectos que são contemplados neste estudo, por meio do Quadro 4.

Quadro 4 - Síntese dos aspectos abordados sobre compartilhamento de informação, que são tratados na pesquisa.

| Autores | Elementos relacionados |
|----------------------------|--|
| Dyer e Nobeoka (2000) | Reciprocidade. |
| Alcará <i>et al</i> (2009) | Sentimento de pertencimento do indivíduo a uma coletividade. |
| Ipe (2003) | Motivação para compartilhar (reciprocidade, confiança) e os relacionamentos interpessoais. |
| Cho, Li e Su (2007) | Cooperação interpessoal. |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos aspectos apresentados (2013).

3 AGRICULTURA FAMILIAR

Esse capítulo aborda os aspectos referentes à conceituação e à importância da agricultura familiar e traz mais detalhes relativos ao objeto de pesquisa, o Assentamento Amparo.

3.1 Conceituação e importância

Conforme a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para que seja enquadrado como agricultor familiar, o produtor rural deve possuir no máximo área equivalente a quatro módulos fiscais ¹. No desempenho das atividades em sua propriedade, deve utilizar preponderantemente mão-de-obra familiar, obter uma renda mínima derivada de tais atividades e administrar o seu estabelecimento rural.

No entanto, Navarro e Pedroso (2011) analisam de maneira crítica a expressão agricultura familiar. Observam que a institucionalização de tal expressão não observou aspectos essenciais, tais como, as realidades contrastantes vivenciadas pelos estabelecimentos rurais com gestão familiar no Brasil, bem como a natureza econômica da agricultura. Consideram que a expressão tem caráter homogeneizador que, embora pondere que o agrupamento de agricultores familiares possui muitas facetas, define-se que tais facetas são comuns a milhões de famílias rurais. Isso em síntese acaba por legitimar um suposto modelo familiar que, caso exista, admitiria características específicas, além da forma de gestão da propriedade, se familiar ou não (NAVARRO; PEDROSO, 2011).

Assim, Veiga (1996) incorpora a esse modelo a ênfase na diversificação, a preferência pelo uso de insumos internos e pela durabilidade dos recursos naturais, o caráter complementar da utilização do trabalho assalariado e o fato de que as decisões seriam tomadas principalmente *in loco*.

Entretanto, verificam-se estudos que expõem sugestões para analisar a

¹ Conforme o anexo da Instrução Especial INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980, um módulo fiscal no município de Dourados/MS equivale a uma área de 30 hectares.

diversidade existente entre os agricultores familiares como os de Baiardi (1999), Buainain, Souza Filho e Silveira (2002), Conterato, Schneider e Waquil (2010), Guanziroli e Cardim (2000), Neves (2007), Schneider (2006) e Sousa e Cabral (2009) citados por Navarro e Pedroso (2011).

Concluem que da insuficiência de conhecimentos relativos “às diferenças existentes **no interior do** grande conjunto familiar, decorrem as concomitantes insuficiências da ação governamental, cujos limites e impasses atuais são notórios” (NAVARRO E PEDROSO, 2011, p. 15).

Acrescenta-se ainda, de acordo com Alves (2002, p.8), que a reforma agrária “é uma forma de incluir milhões de agricultores familiares ao processo produtivo e, portanto, é um caminho imprescindível para uma política de geração de renda e empregos em massa no meio rural”.

No tocante à importância da agricultura familiar Guilhoto *et al.* (2005) destacam que esta é visualizada em diferentes aspectos, seja pela relevância social, ao gerar emprego e ocupação e suprir o mercado de consumo nacional, seja por sua relevância em termos quantitativos ao agronegócio total e à economia nacional.

O Censo Agropecuário do ano de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos enquadrados como agricultura familiar, os quais representam o percentual de 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil. No entanto, estes constituem 24,3%, do total da área ocupada, enquanto que os não familiares representam 75,7% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários. Dessa forma, fica evidente a concentração da estrutura agrária brasileira (IBGE, 2006).

Com referência à geração de riqueza no Brasil, os dados de 2003 demonstram que o Produto Interno Bruto (PIB) do segmento da agricultura familiar, em conjunto com as cadeias produtivas interligadas a ela, correspondeu a 10,1% do PIB, o que em valores representa R\$ 157 bilhões. O montante total do agronegócio é responsável por 30,6% do PIB nacional, no mesmo período (GUILHOTO *et al.*, 2005).

No estado de Mato Grosso do Sul, conforme o Gráfico 1, existem 41.104 são estabelecimentos agropecuários familiares que representam 1.190.206 hectares, e os não familiares somam 23.758 estabelecimentos com 28.866.741 hectares, com uma área média de 1.215 hectares (IBGE, 2006). Em nível de Brasil a área média familiar representa 18,37 hectares e a não familiar 309,18 hectares. Diante dos dados apresentados verifica-se a importância da agricultura familiar no contexto rural brasileiro.

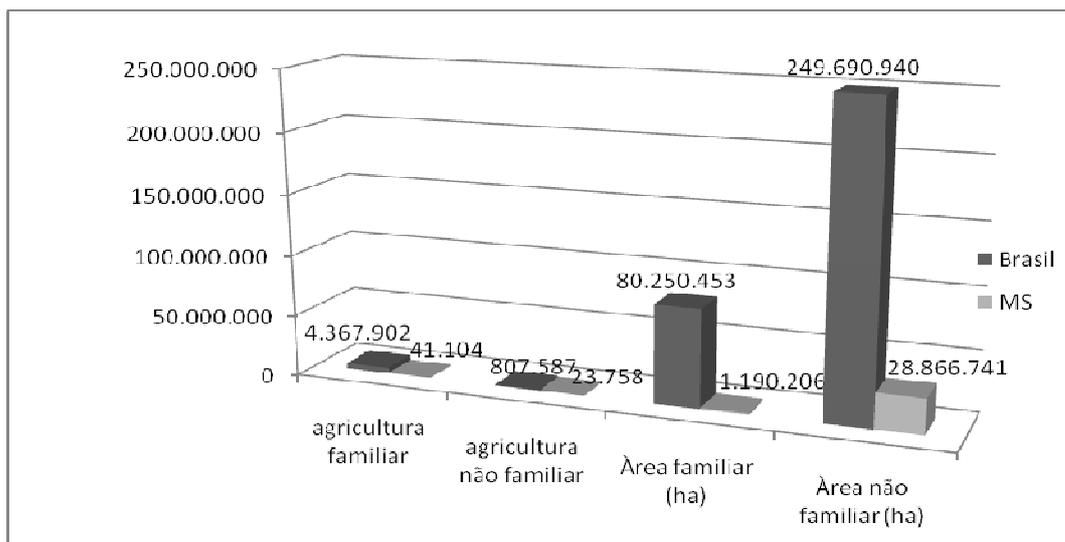


Gráfico 1 - Quantitativo e área total (em hectares) de estabelecimentos brasileiros e sul-mato-grossenses familiares e não familiares.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do Censo IBGE 2006.

No contexto de assentamentos rurais, estes possuem um papel importante no espaço rural no Brasil, pois são capazes de gerar emprego, diminuir o êxodo rural, incrementar a oferta de alimentos e a renda dos trabalhadores rurais e consequentemente melhorar a sua qualidade de vida (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2011).

Ademais, Carvalho (1999) afirma que o assentamento rural marcado pela heterogeneidade de moradores pode favorecer o surgimento de novas formas de organização, em particular cita-se a cooperação. Assim, nesse novo espaço, inicia-se além do processo de produção, o desenvolvimento de novas relações:

[...] desenvolvimento de uma nova (ajustes e adaptações de experiências políticas, sociais e ideológicas anteriores) superestrutura política e ideológica correspondente à nova organização social que ali se plasma empiricamente: a criação de associações, de cooperativas ou grupos de trabalho; a constituição de comunidades religiosas; a formação de grupos de lazer; o estabelecimento de novas relações de vizinhança, de afinidades religiosas, políticas e ideológicas, etc (CARVALHO, 1999, p. 6).

3.2 Assentamento Amparo

O objeto empírico deste estudo, o Assentamento Amparo, é um assentamento federal (PA) em terras desapropriadas, criado em 22 de dezembro de 1997, localizado no Distrito de Itahum, município de Dourados estado de Mato Grosso do Sul. A área desse assentamento pertencia, inicialmente, a um produtor particular. Posteriormente foi adquirida pelo Banco do Brasil e comercializada com o INCRA, onde atualmente se

encontra o Projeto de Assentamento que recebe o mesmo nome da antiga Fazenda (Amparo).

A Figura 4 apresenta o mapa do Assentamento Amparo, que possui uma área total de 1.126, 8933 hectares, dos quais 1.102,8391 hectares equivalem à soma das áreas dos 67 lotes (20% é destinado a Reserva Legal), 2, 9998 hectares se referem ao centro rural e 21, 0544 hectares a estradas vicinais (INCRA, 2012a). Os lotes possuem em média 15 hectares. As descrições das áreas dos 67 lotes constam no Anexo A.

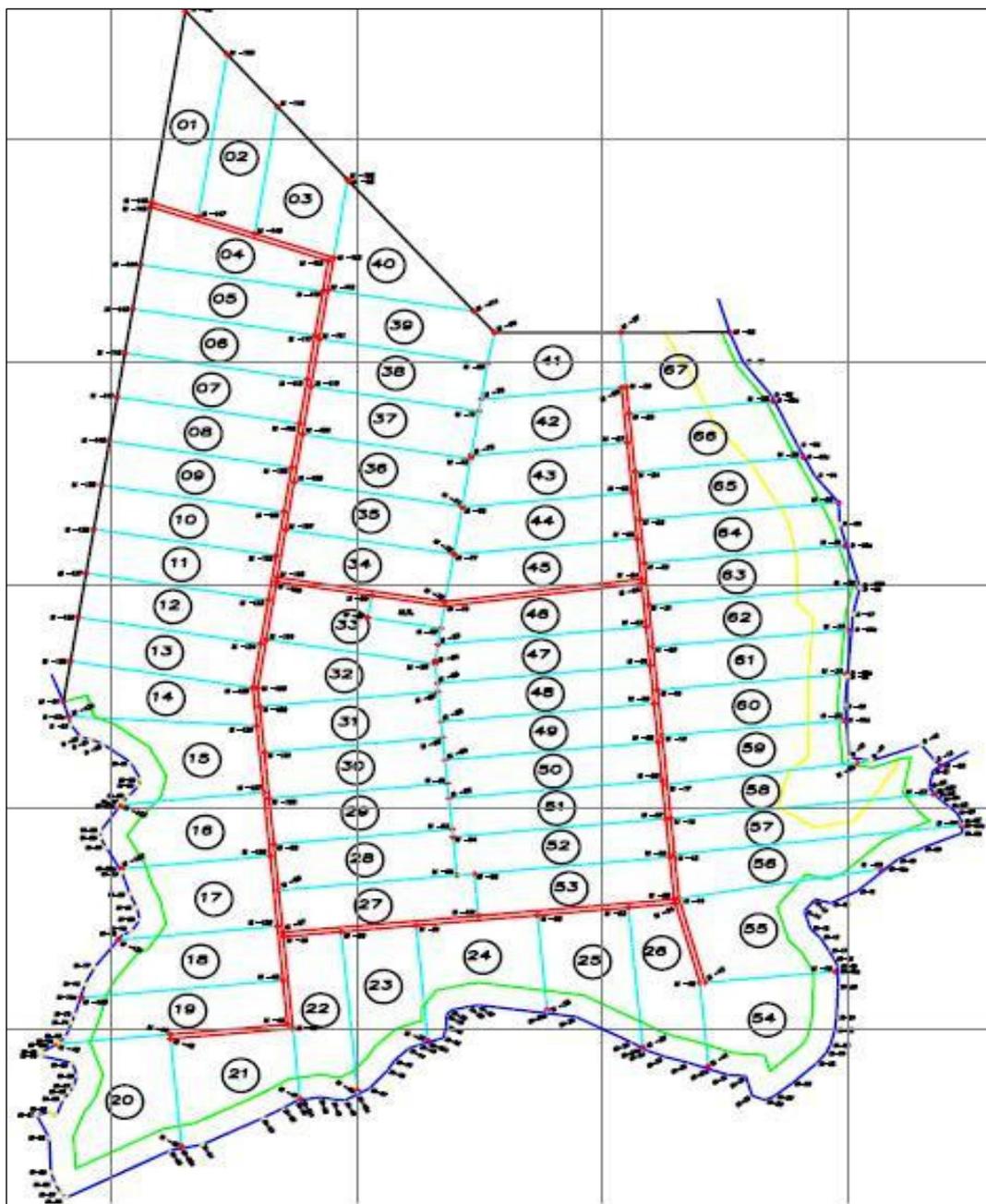


Figura 4 - Mapa do Assentamento de Reforma Agrária Amparo, com numeração dos lotes, delimitação da Área de Preserva Permanente (em verde), estradas vicinais (dois traços em vermelho) e área de brejo (em amarelo).

Fonte: INCRA (2012a).

A Figura 5 apresenta a localização do Assentamento Amparo, que se situa a 65 quilômetros da cidade de Dourados e a 15 quilômetros do distrito de Itahum, com um dos acessos pela Rodovia Dourados-Itahum, MS-270. Originalmente os seus moradores são provenientes dos municípios sul-mato-grossenses de Bataiporã, Dourados e Rio Brillhante, respectivamente: 32, 29 e 6 famílias (AGRAER, 1997). Anteriormente trabalhavam como peões, arrendatários, diaristas e em outras atividades ligadas à agropecuária (AGRAER, 1997).

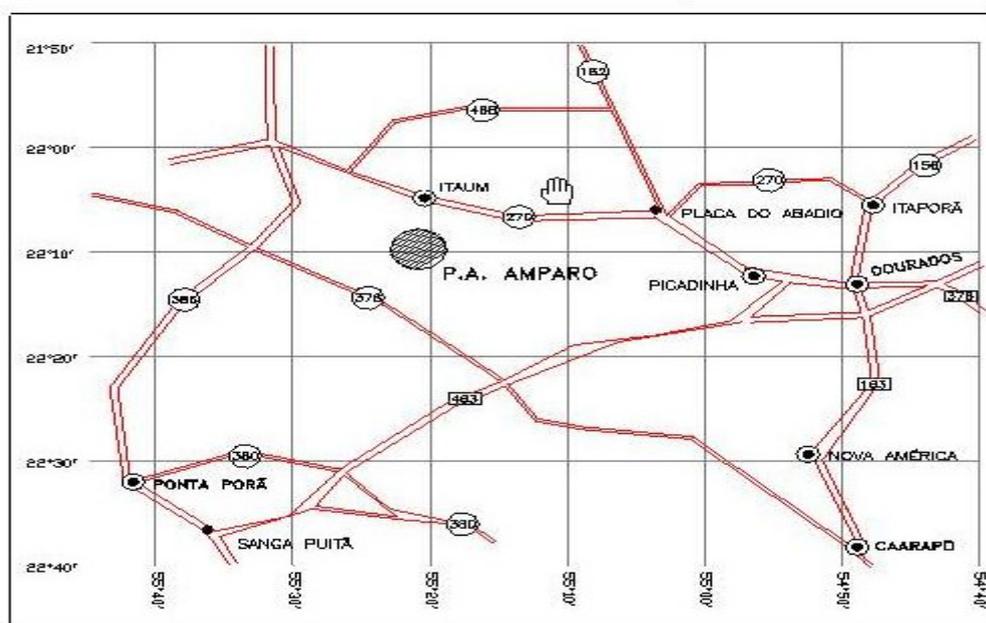


Figura 5 - Localização do Assentamento de Reforma Agrária Amparo.

Fonte: INCRA (2012a).

No que se refere aos recursos naturais, conforme a Agraer (1997), o assentamento Amparo apresenta área de relevo plano e suavemente ondulado, banhado pelo Rio Dourados e pelo Córrego Rego D'água, sendo essas as divisas naturais da área pertencente ao Assentamento. O clima tem precipitações irregulares, variando de 1500 a 1700 milímetros/ano.

O assentamento Amparo está na fase 7 (consolidado), sendo que muitas famílias beneficiárias já detêm a concessão de título definitivo da propriedade (INCRA, 2012c). Com o intuito de permitir uma maior compreensão sob as fases de um assentamento, apresenta-se de acordo com o IPEA (2002), a Portaria MDA/n 80, de 24 de abril de 2002 (Publicação: D.O.U. de 25/4/2002, seção 1, p. 127) que define as

denominações e conceitos a serem adotados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, especialmente no INCRA, e nos Programas de Crédito Fundiário. Assim, os assentamentos possuem as fases de implementação que variam de 1 a 7:

1. Pré-Projeto de Assentamento – fase em que os imóveis já estão selecionados e decretados para a desapropriação, ou pré-selecionados para a aquisição pelos programas de crédito fundiário, sendo preparados sob os aspectos técnicos e jurídicos para receber as famílias classificadas como pré-assentadas, selecionadas para projetos em elaboração.

2. Assentamento em Criação – fase em que a clientela já selecionada pelos programas de acesso à terra está aguardando a elaboração da Relação do Beneficiário (RB) para ser assentada em imóvel devidamente identificado, em vias de desapropriação, arrecadação ou aquisição, cujos cadastros estejam disponíveis nos bancos de dados de identificação do INCRA (Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária/SIPRA), do Banco da Terra/BT e do Programa de Combate à Pobreza Rural/ PCPR.

3. Assentamento Criado – fase em que o imóvel está sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas, para o processo de legitimação delas com a assinatura dos contratos de assentamento.

4. Assentamento em Instalação – nesta fase, com o projeto já criado, os beneficiários estão instalando-se no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), de natureza obrigatoriamente participativa, com a concessão dos créditos de apoio à instalação.

5. Assentamento em Estruturação – aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica: abastecimento de água, eletrificação rural, estradas vicinais e edificação de moradias.

6. Assentamento em Consolidação – os beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica e acesso ao PRONAF - A, estando em fase de titulação definitiva. Nesta fase, as famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do PRONAF.

7. Assentamento Consolidado – assentamento que possui mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade, estando em fase de transferência de áreas ou imóveis remanescentes, ao município ou estado (Núcleos urbanos, etc.).

4. METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentados os aspectos metodológicos que norteiam o presente estudo. O capítulo está dividido em quatro subseções, descritas a seguir: o tipo de pesquisa, os sujeitos da pesquisa, a coleta de dados, o tratamento e análise dos dados.

4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é exploratória, pois oferece a possibilidade de uma maior familiaridade com o problema em estudo e permite o aprimoramento de idéias. Ela é também descritiva, pois pretende analisar as características de um grupo e evidenciar se existe relação entre as variáveis pesquisadas (GIL, 2002).

Trata-se de um estudo de caso, pois procura investigar como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos, e se utiliza de vários tipos de evidências, tais como a observação direta e as entrevistas (YIN, 2001). A análise de diferentes fontes pode tornar as conclusões mais convincentes (YIN, 2001).

Um estudo de caso procura analisar um ou poucos objetos de maneira detalhada, permitindo um amplo conhecimento deste (GIL, 2002). Destaca que isso proporciona ao pesquisador a possibilidade de descrever as condições em que se situa o objeto de estudo, bem como manter seu tratamento de forma unitária e examinar situações reais que não possuem seus limites evidenciados. Sintetiza que assim, corrobora para a compreensão das variáveis causais de um fenômeno específico estabelecido em condições muito complexas (GIL, 2002).

Esta é uma pesquisa que adota a abordagem qualitativa e se utiliza da observação direta. Sendo que, na realização de uma pesquisa de campo, o entrevistador pode realizar uma observação direta de uma maneira informal durante o período em que efetua a entrevista (YIN, 2001). O autor menciona que assim é possível a obtenção de informações adicionais que irão auxiliar na análise dos dados, permitindo a compreensão do contexto e do fenômeno objeto de estudo.

4.2 Sujeitos da pesquisa

O objeto empírico deste estudo é o Assentamento Amparo, assentamento federal

em terras desapropriadas, situado na cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul, criado em 22 de dezembro de 1997, com 1.126 hectares e 67 famílias assentadas (INCRA, 2012b). A escolha desse objeto de pesquisa deveu-se à acessibilidade e à carência de estudos relacionados à presente temática. A Figura 6 demonstra a localização do Assentamento Amparo em relação ao Brasil e ao estado de Mato Grosso do Sul.

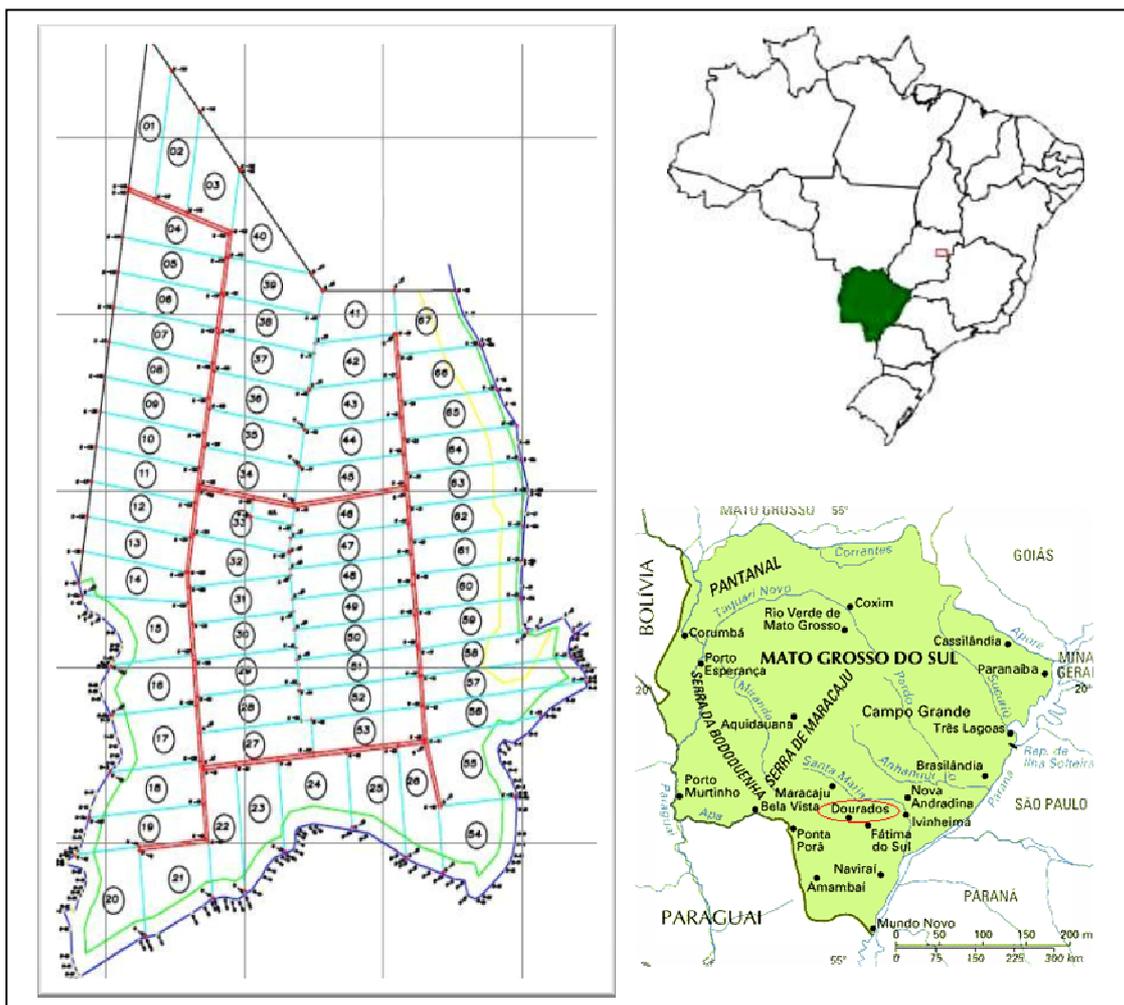


Figura 6 – Localização do Assentamento Amparo em relação ao Brasil (superior à direita) e ao estado de Mato Grosso do Sul (inferior à direita), com destaque à cidade de Dourados.

Fonte: Adaptado de INCRA (2012a).

Para a obtenção dos dados optou-se pela realização de um Censo, com a aplicação de uma entrevista semiestruturada, por meio de visitas aos lotes. Para tanto, foram feitas duas visitas nas seguintes datas: 10/09/2013 e 08/10/2013, ambas realizadas no período da manhã e a tarde, o que tornou possível executar novamente a

verificação dos lotes em que não haviam sido encontrados os moradores. Foram visitados os 67 lotes do assentamento, mas foi possível entrevistar os residentes em apenas 19 lotes (28,3%). Nos outros 47 lotes não foi possível aplicar a entrevista, em virtude de não haver moradores na residência ou somente crianças, ou empregados (caseiros) no momento da visita, e em um lote o morador se reservou o direito a não participar da pesquisa. Esse fato demonstra que muitos assentados necessitam desenvolver atividades externas à propriedade, como forma de complementar a sua renda e que alguns empregam terceiros para cuidar de seu lote em virtude de residirem em outro local. No entanto, esse não é o foco do estudo e, portanto, não será abordado na presente análise.

Vale destacar que foi preservado o anonimato dos respondentes, pois foram atribuídas letras e números para cada entrevista transcrita. Salienta-se que essa atribuição de letras e números não possui vínculo algum com os nomes dos entrevistados, nem tampouco com a ordenação dos números dos lotes, mas seguiu a uma classificação aleatória estabelecida pela pesquisadora. Por fim, as falas dos respondentes foram transcritas *ipsis litteris*, não sendo feitas correções ortográficas por parte da pesquisadora.

4.3 Coleta de dados

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista semiestruturada. Lakatos e Marconi (1994) descrevem que o entrevistado discorre sobre um tema a ele apresentado, a partir de informações que ele possui, as quais o pesquisador pretende captar. Nota-se que a “entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS; MARCONI, 1994, p. 195).

A coleta de dados foi feita nos meses de setembro a outubro por meio da realização de entrevista semiestruturada, aplicada individualmente aos assentados, por meio de visitas aos lotes. As respostas aos questionamentos descritivos foram gravadas, quando expressamente autorizado no Termo de Consentimento (Apêndice B). As respostas aos demais questionamentos que se caracterizam como questões fechadas, foram anotadas pela pesquisadora.

4.4 Tratamento e análise dos dados

Em relação os dados quantitativos obtidos na entrevista com os moradores do Assentamento, estes foram tabulados com a utilização do *software Statistical Package for the Social Sciences* (Spss). Foi empregada a técnica de Análise de Conteúdo modalidade Análise Temática proposta por Bardin (2011) para o tratamento dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas.

A análise de conteúdo tem como ponto de partida a mensagem, nas suas diversas formas de representação, tais como, “[...] verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO, 2005, p. 13). Tal mensagem exprime um significado e um sentido. O autor ainda faz uma diferenciação entre esses dois elementos, sendo que um determinado objeto pode ter seu significado absorvido, entendido e generalizado com base nas características que o definem. Por sua vez o sentido, pressupõe conferir um “[...] significado pessoal e objetivado, que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das representações sociais, cognitivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas” (FRANCO, 2005, p. 15).

Dessa forma, verifica-se que a mensagem também traz em si as “visões do indivíduo” influenciadas pelo contexto social vivenciado. Franco (2005) salienta que as condições contextuais abrangem a evolução da humanidade, as situações socioculturais e econômicas vivenciadas pelo indivíduo, o acesso e a capacidade em compreender a linguagem. O autor também considera que as mensagens trazem os componentes ideológicos pertencentes aos indivíduos.

No presente estudo a utilização do método de análise de conteúdo seguiu as fases fundamentais, definidas por Bardin (2011): a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, conforme Figura 7.

Na sequência, as entrevistas foram transcritas na íntegra; posteriormente executou-se a primeira fase denominada de pré-análise. Assim, realizou-se a preparação do material, constituindo-se o *corpus* da pesquisa, onde foi realizada a leitura flutuante da transcrição literal dos dados.

A segunda fase, definida por Bardin (2011) como a de exploração do material, consiste fundamentalmente em codificações e enumerações. Ainda conforme a autora, nesse processo de codificação dos dados efetua-se a escolha de unidades de registro, que podem ser um tema, uma palavra ou uma frase. Essa pesquisa adotou o tema como

unidade de análise. O “tema é considerado como a mais útil unidade de registro de conteúdo. Indispensável em estudos sobre representações sociais, opiniões, expectativas, valores, conceitos, atitudes e crenças” (FRANCO, 2005, p. 39).

Na terceira fase, da análise de conteúdo, realizou-se o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, com o agrupamento de dados em categorias temáticas, tendo como base a similaridade do conteúdo do discurso dos entrevistados. Para tanto, foi elaborado um plano de análise a partir de Bardin (2011), descrito na Figura 7.

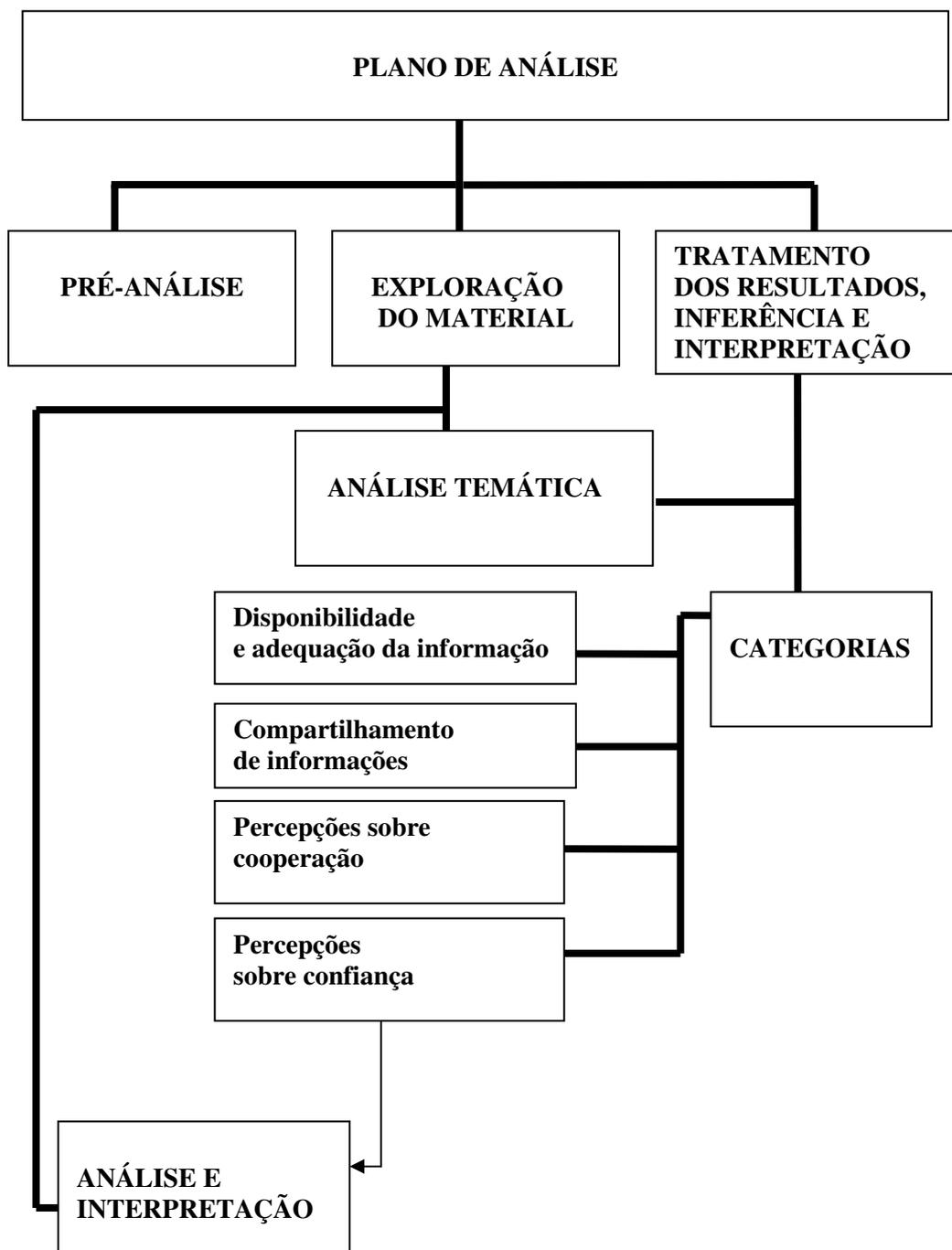


Figura 7 - Plano de análise.

Fonte: Adaptado de Bardin (2011, p 102).

As categorias temáticas foram discutidas com base no marco teórico e com a finalidade de alcançar os objetivos propostos no estudo. Acrescenta-se que foram incluídas na Figura 7 as categorias temáticas utilizadas na pesquisa. Assim, as categorias utilizadas foram disponibilidade e adequação da informação, compartilhamento de informações, percepções sobre cooperação e percepções sobre confiança.

Por conseguinte, foram descritas as subcategorias, conforme a Figura 8, 9, 10 e 11. A Figura 8 apresenta o detalhamento da categoria disponibilidade e adequação da informação.

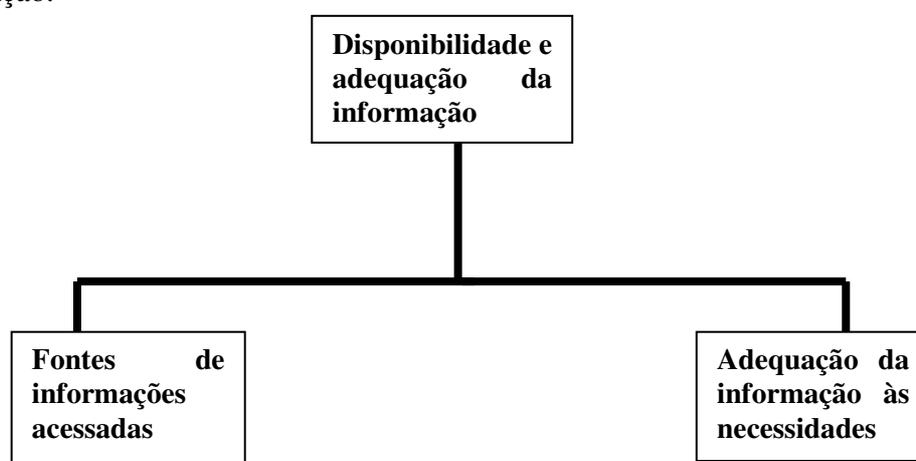


Figura 8 - Descrição das subcategorias da Disponibilidade e adequação da informação.
Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Esta figura compreende a análise das fontes de informações acessadas e a adequação da informação às necessidades dos entrevistados.

A Figura 9 apresenta o detalhamento da categoria temática compartilhamento de informação.

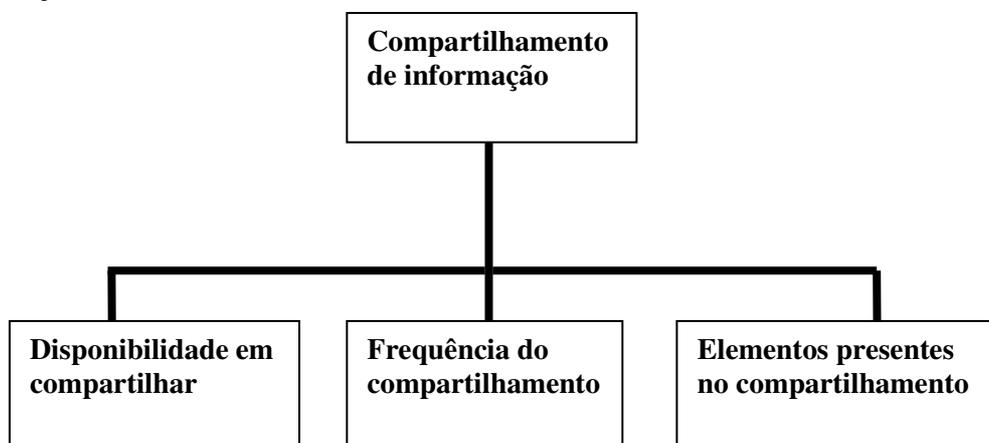


Figura 9 - Descrição das subcategorias do Compartilhamento de informação.
Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Esta figura engloba três componentes na análise: a disponibilidade em compartilhar, a frequência do compartilhamento e os elementos presentes no compartilhamento de informação.

A Figura 10 demonstra o detalhamento da categoria temática percepções sobre cooperação.

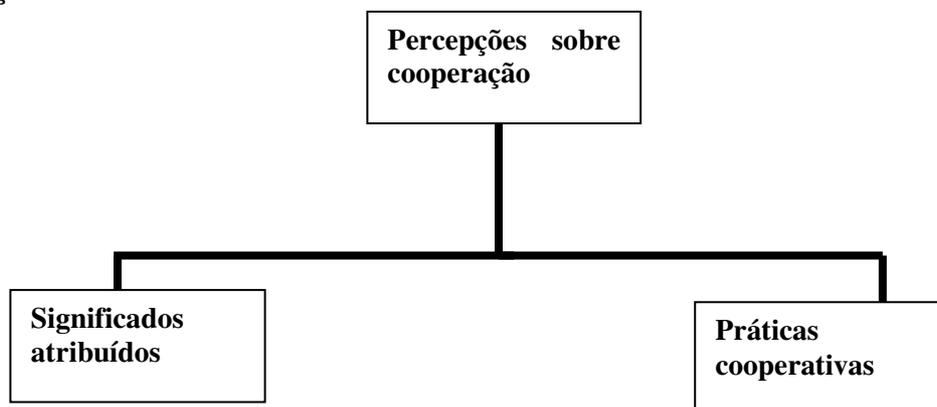


Figura 10 - Descrição das subcategorias da Percepção sobre cooperação.

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Nela constam os componentes analisados: significados atribuídos a cooperação pelos entrevistados e as práticas cooperativas realizadas no assentamento.

A Figura 11 apresenta o detalhamento da categoria temática percepções sobre confiança.

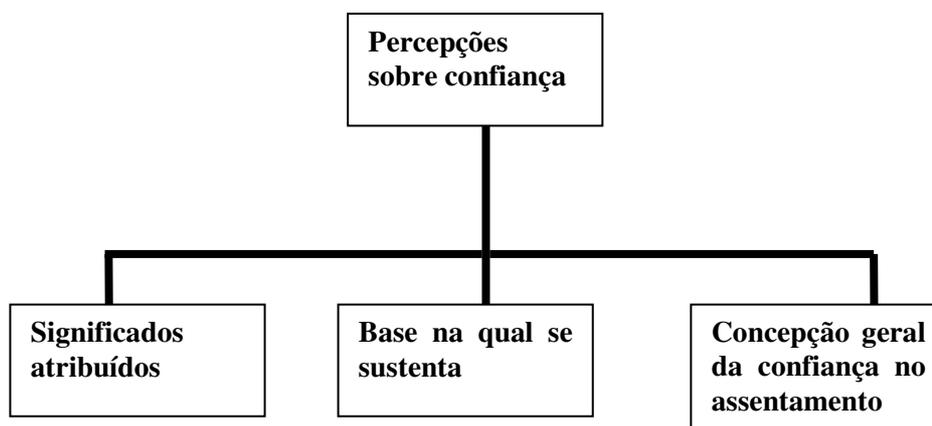


Figura 11 - Descrição das subcategorias da Percepção sobre confiança.

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Esta abrange três componentes na análise, sendo: os significados atribuídos à confiança, a base na qual a confiança se sustenta e a concepção geral da confiança no assentamento. Destaca-se que durante a análise dos dados emergiu mais uma categoria, a reciprocidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de responder aos objetivos geral e específicos apresentados na parte introdutória, analisaram-se os dados coletados por meio das entrevistas realizadas com os moradores do Assentamento Amparo.

Nesta seção, são descritos e analisados o perfil dos entrevistados e membros familiares, as fontes de informação utilizadas, a necessidade e o compartilhamento de informação, bem como a cooperação e a confiança entre os assentados. No decorrer da análise, foram incluídas partes dos depoimentos fornecidos pelos entrevistados, com o objetivo de esclarecer e reforçar as interpretações.

5.1 Perfil dos entrevistados e membros familiares

Foram entrevistados 19 moradores do Assentamento Amparo, sendo 9 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 22 a 73 anos. Na Tabela 1, observa-se que a maior parte dos entrevistados encontra-se na faixa de idade entre 51 a 60 anos (36,8%) e com o segundo maior percentual (31,6%) acima de 60 anos.

Tabela 1- Idade da população residente no Assentamento Amparo.

| Faixa etária | Chefes ou responsáveis pelo domicílio | | Membros familiares | | Total | |
|-----------------|---------------------------------------|----------------|--------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Nº de pessoas | Percentual (%) | Nº de pessoas | Percentual (%) | Nº de pessoas | Percentual (%) |
| 0 a 10 anos | - | - | 13 | 31,0 | 13 | 21,3 |
| 11 a 20 anos | - | - | 8 | 19,0 | 8 | 13,1 |
| 21 a 30 anos | 3 | 15,8 | 5 | 11,9 | 8 | 13,1 |
| 31 a 40 anos | 1 | 5,3 | 2 | 4,8 | 3 | 4,9 |
| 41 a 50 anos | 2 | 10,5 | 8 | 19,0 | 10 | 16,4 |
| 51 a 60 anos | 7 | 36,8 | 4 | 9,5 | 11 | 18,0 |
| Mais de 60 anos | 6 | 31,6 | 2 | 4,8 | 8 | 13,1 |
| Totais | 19 | 100 | 42 | 100 | 61 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A média de idade dos demais membros familiares, que totalizam um grupo de 42

peçoas, é de 26,1 anos, conforme faixas apresentadas na Tabela 1, sendo que o morador mais novo tem três meses e o mais velho 67 anos.

Em termos de população geral, percebe-se um índice elevado de pessoas jovens, sendo as faixas de 0 a 10 anos (21,31%) e de 11 a 20 anos (13,1%). Em contraponto, verifica-se que 18% dos moradores do assentamento possuem idade que varia de 51 a 60 anos e 13,1% acima de 60 anos.

A Tabela 2 apresenta os níveis de escolaridade dos entrevistados e dos membros familiares. Vale destacar que se excluíram os membros familiares em idade não escolar, totalizando oito crianças e um adulto com 30 anos pelo qual não foi possível verificar a sua escolaridade.

Tabela 2 – Níveis de escolaridade da população residente no Assentamento Amparo.

| Escolaridade | Chefes ou responsáveis pelo domicílio | | Membros familiares | | Total | |
|---|---------------------------------------|----------------|--------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Nº de pessoas | Percentual (%) | Nº de pessoas | Percentual (%) | Nº de pessoas | Percentual (%) |
| Não alfabetizado | 6 | 31,6 | 1 | 3,0 | 7 | 13,5 |
| Alfabetizado | - | - | 1 | 3,0 | 1 | 1,9 |
| Educação fundamental incompleta (1º a 5º) | 5 | 26,3 | 15 | 45,5 | 20 | 38,5 |
| Educação fundamental completa (1º a 5º) | 3 | 15,8 | 2 | 6,1 | 5 | 9,6 |
| Educação fundamental incompleta (6º a 9º) | 3 | 15,8 | 6 | 18,2 | 9 | 17,3 |
| Educação fundamental completa (6º a 9º) | - | - | 3 | 9,1 | 3 | 5,8 |
| Médio incompleto | - | - | 3 | 9,1 | 3 | 5,8 |
| Médio completo | 2 | 10,5 | 1 | 3,0 | 3 | 5,8 |
| Superior incompleto | - | - | 1 | 3,0 | 1 | 1,9 |
| Superior completo | - | - | - | - | - | - |
| Totais | 19 | 100 | 33 | 100 | 52 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se que a maioria dos entrevistados é não alfabetizada (31,6%) e os que possuem educação fundamental incompleta (1º a 5º) são 26,3%. Esse baixo índice é reforçado pelos membros familiares (45,5%). Salienta-se que entre os entrevistados não alfabetizados, alguns relataram que irão iniciar seus estudos e se sentem felizes com a expectativa de poderem futuramente ler e escrever. Nota-se também que, entre os membros familiares residentes no assentamento, existe um estudante universitário.

Comparando-se as Tabela 1 e 2, verifica-se que os entrevistados com faixa etária de 41 a 50 e os acima de 60 são os que representam o maior índice de não alfabetizados, 33,3% cada faixa. A educação fundamental incompleta (1º a 5º) tem sua representatividade maior na faixa acima de 60 anos, com 60% dos entrevistados. Os melhores níveis de escolaridade estão representados pelas faixas etárias de 21 a 30 anos e de 51 a 60 anos, respectivamente com 50% de concluintes do nível médio completo.

O baixo índice de escolaridade é observado também no Censo 2010 do IBGE, onde o percentual da população rural com 25 anos ou mais, sem instrução ou com o fundamental incompleto, segundo as faixas etárias é: 25 a 29 anos (57,7%), de 30 a 34 anos (69,5), de 35 a 39 anos (76,4%), de 40 a 44 anos (80,7%), de 45 a 49 anos (83,2%), de 50 a 54 anos (86,2%), de 60 a 69 anos (93,3%) e de 60 anos ou mais (86,4%). Nota-se que quanto maior a idade menor a escolaridade.

Em relação ao tempo de experiência de trabalho no meio rural, antes do assentamento, a maioria (68,4%) afirma sempre ter trabalhado no meio rural, 21,1% tinham uma experiência entre 16 a 14 anos no campo, sendo que o menor tempo de experiência observado foi de cinco anos. As principais ocupações exercidas pelos assentados pesquisados antes do assentamento constam na Tabela 3.

Tabela 3 – Ocupações dos entrevistados antes de residirem no Assentamento Amparo.

| Atividade | Percentual (%) |
|-----------------------|-----------------------|
| Somente no meio rural | 42,1 |
| Construção civil | 10,5 |
| Diarista | 10,5 |
| Outras | 36,9 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se que o maior percentual de respondentes (42,1%) afirmou que nunca trabalharam fora do meio rural. Destaca-se entre as ocupações anteriores ao assentamento, as relacionadas à construção civil, tais como: pedreiro e carpinteiro. Citam-se também, outras atividades agrupadas, representando 36,9%: garçom, mecânico, zelador, funcionário de empresa de limpeza pública e repositor de mercado.

5.2 Fontes de informação

Os assentados foram questionados sobre quais são as principais fontes de

informação acessadas para a aquisição de informações técnicas de produção e comercialização, bem como referentes a políticas públicas para a agricultura familiar. Os dados estão representados na Tabela 4.

Tabela 4 - Principais fontes de informação dos entrevistados.

| Fontes de informação | Políticas públicas principal fonte (%) | Informações técnicas principal fonte (%) |
|-----------------------------|---|---|
| Rádio | 36,8 | 21,1 |
| Televisão | 26,3 | 36,8 |
| Parentes | 5,3 | - |
| Vizinhos | 10,5 | 5,3 |
| Associação do Assentamento | 15,8 | 10,5 |
| Agraer | - | 5,3 |
| Outra | 5,3 | 21,1 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Os maiores índices de respostas para as políticas públicas foram rádio (36,8%), seguido por televisão (26,3%) e Associação do Assentamento (15,8%). Já para informações técnicas, o maior percentual foi para televisão (36,8%), enquanto que rádio e “outra” fonte representam 21,1% cada uma.

Cabe esclarecer que, de acordo com as respostas, o termo “outra” fonte de informação técnica se refere a: cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a projetos que a Universidade Federal da Grande Dourados realiza no Assentamento como, por exemplo, plantio de árvores nativas e a implantação de apiários. Acrescenta-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi igualmente citada, tendo em vista que o assentado relata que procura informações pessoalmente nessa entidade. Adicionam-se também informações técnicas advindas de uma cooperativa e uma empresa do ramo lácteo, para as quais os assentados entregam o leite em resfriadores instalados no assentamento. Além de outra cooperativa que atua no ramo de grãos. Vale destacar ainda que os entrevistados citaram que a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária, da cidade de Dourados, criada em 2013, tem realizado reuniões no assentamento para verificação de demandas e consequente respostas a elas.

Tratando-se de meios de comunicação, observou-se que 84,2% dos entrevistados não possuem acesso à internet, e 15,8% têm acesso somente via celular.

O acesso à informação atual comparado a dois anos atrás também foi abordado.

O percentual de 57,9% dos assentados declarou que o acesso melhorou, para 26,3% permaneceu mais ou menos o mesmo, enquanto 10,5% afirmaram que piorou. Salienta-se que para 5,3% a questão não se aplica, pelo fato de residirem a menos de dois anos no assentamento.

Os assentados que citaram que o acesso a informação melhorou, atribuíram essa melhora a reuniões que estão sendo realizadas com mais frequência ou foram retomadas pela Associação do Assentamento e reforçadas com a criação da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Assim, essa articulação entre as duas entidades tem proporcionado benefícios à comunidade. Adicionam-se as informações repassadas por uma cooperativa de leite, com uma cartilha de informações de produção, e a presença mais atuante da Universidade Federal da Grande Dourados com projetos desenvolvidos no assentamento.

Por sua vez, os respondentes que descrevem que o acesso à informação permaneceu mais ou menos o mesmo, vinculam a resposta ao fato de que obtêm informações da mesma forma que antes, com o vizinho, por meio de programas de televisão ou com folhetos informativos da Embrapa.

Por fim, alguns declaram que o acesso à informação piorou quando comparado a dois anos atrás, pois relatam que a atuação da Agência Estadual de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) e da Associação do Assentamento deveria ser fortalecida.

Os assentados pesquisados reclamam da falta de assistência técnica adequada por parte da agência de extensão rural do estado, tendo em vista a quantidade de visitas realizadas atualmente por essa entidade no assentamento. Os mesmos também têm conhecimento de que se tivessem um maior apoio dessa agência, ela poderia contribuir significativamente para a melhoria do desempenho de suas atividades produtivas.

Em sua maioria (73,3%), os entrevistados consideram a utilidade da assistência técnica, quando recebida, como boa. A totalidade dos entrevistados afirma compreender as informações repassadas pela assistência técnica quanto relativo à linguagem, pois alinham a teoria à prática de anos de campo e entendem sua operacionalização.

Questionou-se a respeito da adequação da assistência técnica com a necessidade do entrevistado. Obteve-se os resultados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Adequação da assistência técnica com as necessidades dos entrevistados.

| Nível de adequação | Percentual (%) |
|---------------------------|-----------------------|
| 100% | 20 |
| 75% | 33,3 |
| 50% | 20 |
| 25% | 13,3 |
| 0% | 13,3 |
| Total | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Os entrevistados relataram que as poucas visitas ao assentamento prejudicam a sua avaliação quanto à utilidade, pois quando necessitam não têm assistência técnica. Os que dizem que a assistência técnica nunca está de acordo com as suas necessidades descrevem que a agência desvirtuou a sua função e é visualizada mais como um órgão fiscalizador do que prestador de assistência técnica, ou que somente “vem dar recado”, na percepção do entrevistado. Salienta-se uma das necessidades destacadas por assentados, e que poderia ser resolvida com a assistência técnica, é a correção do solo.

Cabe ressaltar que todas as pessoas “têm o direito ao acesso a informações do próprio interesse particular, coletivo ou geral, já que o desenvolvimento passa pela informação” (HOLANDA, OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 48). Marteleto e Silva (2004, p. 1) corroboram ao afirmar que o “acesso à informação é um elemento-chave para o desenvolvimento econômico e social de comunidades e grupos sociais”.

5.3 Necessidade e compartilhamento de informação

Questionados a respeito de quais seriam as maiores necessidades de informação e para desenvolvimento de que atividades, os entrevistados afirmaram que suas necessidades relacionam-se, sobretudo, a informações sobre a produção de frutas e a formação de pomar. Destacam-se ainda as informações sobre manejo do gado, principalmente reprodução e tratamento de doenças como frieira, tal como se observa neste relato: “*é ter uma informação de uma inseminação, que a gente mexe com gado, como tratar uma frieira, que a gente não tem muita experiência*” (A4). Adicionam-se também as necessidades de informações sobre a formação de hortas e financiamentos (tipos existentes).

No tocante a apoio que o pesquisado busca para obter informações relacionadas

às suas atividades produtivas, bem como de financiamentos e afins, foram obtidas as respostas conforme demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6 - Apoio que o pesquisado busca para obter informação.

| Quem procura | Percentual (%) |
|---------------------------------|-----------------------|
| Parentes | 5,3 |
| Vizinhos | 42,1 |
| Agraer | 10,5 |
| Ninguém, tento resolver sozinho | 15,8 |
| Outros | 21,1 |
| Não soube responder | 5,3 |
| Total | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Nota-se que a maioria (42,1%) procura os vizinhos. Isso fica evidente neste relato: *“informação pega às vezes com um vizinho, tem vizinho aqui que a gente corre, ó me ajuda e tal e sempre a gente tem ajuda de vizinho né”* (A4). Essas relações estabelecidas entre as pessoas residentes em assentamentos, tais como vizinhos e parentes, se configuram em reais estratégias geradas no espaço rural (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD; CONCHOL, 1997). Essas estratégias podem auxiliar os assentados na busca por alternativas que beneficiam a execução de suas atividades produtivas e contemplem aspectos sociais.

Já 21,1% procuram outras fontes, sendo que alguns relatam que quando procuram informações normalmente estas são mais relacionadas a financiamentos, e as procuram diretamente no banco. Adiciona-se que os entrevistados descrevem que procuram informações técnicas com outro assentado, pertencente a outro assentamento. Nessa relação já é percebido que existe certo nível de confiança e de amizade. Acrescenta-se ainda a Associação do Assentamento e a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Economia Solidária, da cidade de Dourados, na resposta outros.

Relativo aos 15,8% que afirmam não procurar ninguém, que tentam resolver sozinhos, principalmente deficiências de informações em relação às atividades produtivas, identificou-se que utilizam da larga experiência nas atividades do meio rural e de seus próprios conhecimentos como subsídio a mitigar essa carência.

A disposição em cooperar com os demais assentados, seja por meio de compartilhamento/troca de informações ou em atividades, foi indagada e apresenta-se

na Tabela 7, coluna disposição.

Tabela 7 - Disposição dos entrevistados a compartilhar informação e compartilhamento efetivamente realizado nos últimos 12 meses.

| Nível de disponibilidade | Disposição (%) | Efetivamente realizado (%) |
|--------------------------|----------------|----------------------------|
| 100% | 52,6 | 15,8 |
| 75% | 31,6 | 10,5 |
| 50% | 5,3 | 21,1 |
| 25% | 10,5 | 31,6 |
| 0% | - | 15,8 |
| Não se aplica | - | 5,3 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Assim, obteve-se que 52,6% afirmam que estão 100% dispostos a cooperar, 31,6% atribuem uma frequência de 75% a essa disposição, 5,3% consideram que estão 50% inclinados a cooperar, enquanto que 10,5% atribuem o menor percentual de disposição, que é de 25%. Assim, verifica-se o alto índice de disposição a cooperar por parte dos entrevistados.

A frequência de compartilhamento/troca de informação efetivamente realizado nos últimos 12 meses também foi observada e apresenta-se na Tabela 7. Dos entrevistados 15,8% relatam que sempre compartilham e, em contraponto, o mesmo percentual declara que nunca compartilhou informações no período pesquisado.

A partir dos dados demonstrados na Tabela 7, observa-se que o efetivo compartilhamento ocorre em maior percentual em somente 25% das vezes, o que indica uma baixa frequência, embora a disposição dos entrevistados a compartilhar seja elevada. De acordo com esse relato, outros fatores podem estar relacionados e explicar tal situação: *“Tem gente que nem sabe o documento que usa na vida, daí fica difícil conversar e informar uma pessoa assim. Daí você procura uma pessoa dessas pra colocar ela em um caminho e ela acha que você tá errada, você não pode falar”* (A6).

Esse relato reflete a importância de alguns aspectos abordados por Davenport e Prusak (1998) ao afirmarem que a linguagem, os interesses e as experiências em comum, são essenciais para que o compartilhamento de informação obtenha êxito.

Um fator relevante que poderia ter sido analisado é a qualidade da informação compartilhada, no entanto, este estudo não abordou tal temática, em virtude da dificuldade em se conceituar a qualidade, conforme Paim, Nehmy e Guimarães (1996,

p.112):

[...] a qualidade da informação constitui-se num conceito problemático. [...] não há consenso na literatura sobre definições teóricas e operacionais da qualidade da informação. Há uma alusão recorrente entre autores interessados no tema de que as definições de qualidade de informação são ambíguas, vagas ou subjetivas.

Corroborando com o autor, Oleto (2006, p. 61) destaca que “a percepção da qualidade não é nítida por parte do usuário da informação”.

Além disso, a forma de mensuração de atributos que substanciam a qualidade não é definida de maneira clara, o que compromete o emprego da qualidade da informação em pesquisas (AROUCK, 2001). Essas dificuldades em conceituar, mensurar e atribuir características à qualidade da informação é descrita por Casanova (1990), Schwuchow (1990), Oleto (2006) e De Sordi (2008).

Em síntese, nos resultados empíricos, verifica-se que os assentados procuram de várias formas atender às suas necessidades de informações, e nesse aspecto, a interação com os vizinhos é o elemento mais relevante. No entanto, tratando-se de compartilhamento, a sua efetivação ocorre em poucas ocasiões, apesar do alto índice de disposição a compartilhar.

O compartilhamento de informação é expresso mais significativamente em um ambiente de cooperação e reciprocidade (CHIARA; ALCARÁ; TOMAÉL, 2010). Assim, o próximo tópico trata desses elementos e procurou identificar de que forma se manifestam no objeto de estudo.

5.4 Cooperação

Solicitou-se que todos os entrevistados definissem, de acordo com suas percepções, o que significa cooperação. Evidenciaram-se muitos relatos sucintos de que cooperação é a ajuda mútua e a união. Nesse sentido, descrevem-se alguns destes relatos: “*Cooperação eu acho que é uma união entre todos, é um ajudando o outro né, na medida do possível é claro, porque aqui a gente o tempo exige muito, muita atividade. Eu acho assim que cooperar é 100% do retorno do sucesso eu acho*” (A4); “*Pra mim é as pessoas trabalharem unidos, lutando por alguma coisa*” (A7).

Assim, a reciprocidade também se faz presente na definição de cooperação, nestes relatos: “*Um ajuda o outro, um ajuda aqui no serviço, vai lá ajuda no outro (tipo uma troca). Ajuda o outro, unido né, união vai pra frente, assim funciona*” (A9); “*Se eu*

preciso te dá uma ajuda eu vou te dar uma ajuda, e se eu preciso então a mesma coisa” (A6). Essas percepções corroboram com Wolf (2003) ao descrever que a reciprocidade é materializada mediante a troca, seja de bens materiais, de ajuda a outras pessoas ou em outras formas que demonstrem amizade emocional, manifesta em situações sociais em que há uma relevante integração em comunidades.

Adiciona-se que a definição de cooperação foi igualmente relacionada à necessidade, conforme este relato: *“Necessidade de alguma coisa e alguém coopera com o outro. Então só tem cooperação com a necessidade de alguém, ou minha ou do próximo ou quem se aproxima do outro, essa é a cooperação pra mim”* (A13).

Os encontros entre assentados também estão presentes na definição de cooperação, quando o entrevistado descreve que durante almoços eles trocam experiências, conforme este relato: *“Cooperar é a união entre todos... idéias... assim toda a semana até almoço junto conversar e ter diálogo, é uma coisa meio divagar aqui. Nós põe em prática tudo que o movimento aqui do lugar, se tá dando certo pra um”* (A3).

Tratando-se de atividades realizadas em conjunto e da cooperação em tais atividades, verificou-se que 52,6% nunca participaram de mutirão entre vizinhos, enquanto que 47,4% já o fizeram. Algumas atividades em conjunto foram relatadas, tais como, o plantio de árvores nativas e o cultivo de hortaliças, ambos a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade Federal da Grande Dourados, conforme relato dos entrevistados. Também foi identificada a cooperação entre vizinhos na construção de cercas para resguardar do gado as Áreas de Preservação Permanente.

Os entrevistados foram questionados sobre as atividades conjuntas realizadas nos últimos 12 meses no assentamento. Vale destacar que não foi considerada nessas atividades a comercialização por meio de cooperativas. As atividades conjuntas relacionam-se diretamente com a união de esforços dos próprios assentados entre si, lembrando que o assentamento não possui cooperativa própria.

De acordo com a Tabela 8, a maioria dos entrevistados não desenvolve nenhum tipo de atividade conjunta, mas estas são desenvolvidas por uma parcela menor de assentados.

Tabela 8 – Ocorrência do desenvolvimento de atividades conjuntas nos últimos 12 meses.

| Percentual de ocorrência | Produção agropecuária (%) | Comercialização (%) | Compra de insumo (%) | Compra de equipamento (%) |
|--------------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|---------------------------|
| 100% | 10,5 | 15,8 | 15,8 | - |
| 75% | 5,3 | - | 5,3 | 5,3 |
| 50% | 5,3 | - | - | - |
| 25% | - | - | 10,5 | - |
| 0% | 78,9 | 84,2 | 68,4 | 94,7 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Dentre elas evidencia-se que a produção é realizada sempre em conjunto por 10,5% dos respondentes, assim como a comercialização por 15,8% e a compra de insumos por 15,8%. No entanto, um entrevistado relatou que se utiliza da mão-de-obra de meeiro. Nesse caso, a parceria estabelecida é de caráter comercial, com a divisão dos ganhos advindos da atividade produtiva com o dono da terra. Salienta-se que os meeiros são moradores do próprio assentamento.

A compra de equipamentos em conjunto é realizada por 5,3%. Não foram indicadas pelos assentados outras atividades que são desenvolvidas em conjunto com os demais moradores do assentamento.

Verifica-se o baixo índice de cooperação em atividades agrícolas, o que corrobora com Sousa (2002) ao afirmar que esse é um dos grandes desafios no contexto dos assentamentos rurais.

Conforme os entrevistados, a cooperação pode ser percebida no assentamento quando da execução de projetos originados de entidades ou órgãos externos, como plantio de árvores ou implantação de horta comunitária. Adiciona-se na época do plantio, conforme este relato: *“Principalmente nos plantios, que a gente vai plantar, precisa de alguma coisa, então essa cooperação nós tem sim...Se procura, quando um procura o outro, informação de serviço a gente acaba fazendo”* (A13).

Foi relatada a ocorrência, há anos atrás, de algumas iniciativas de produção conjunta no assentamento, tais como horta comunitária e produção de frango. Entretanto, o insucesso dessas iniciativas foi atribuído, principalmente, aos problemas de comercialização, sobretudo em relação às hortaliças. Além disso, citou-se que durante determinadas atividades de manutenção da horta a ajuda de algumas pessoas foi condicionada a pagamento monetário.

Ademais, a cooperação pode ser percebida quando alguém com uma necessidade

procura outra e pede ajuda, de acordo com estes relatos: “*Eu preciso eu falo pra ele, ele me ajuda na hora. Eu vou e peço, quem dói tem que falar que ta doendo*” (A14); “*Na necessidade. Daí quando eu preciso eu me comunico com eles, ou se eles precisam eles conversam comigo, no que eu posso ajudar eu to pronto a ajudar*” (A16).

Acrescenta-se em momentos simples, como: “*Quando um precisa do outro, o cara precisa do outro lá, tal animal precisa levantar vai cinco ou seis e levanta*” (A11). Ademais em reuniões da Associação do Assentamento: “*Quando o pessoal vem pra reunião né. Quando faz reunião. Vem o pessoal de Dourados, da Prefeitura, às vezes vem da Agraer, daí você junta tudo*” (A2).

Pode-se perceber também que a cooperação é vinculada a ganho financeiro ou a algum retorno posterior (reciprocidade), conforme este relato:

É que nem outro dia eu precisava plantar uma rama de mandioca, eu precisei ir em Dourados, quando eu cheguei já tava plantado, mesmo pagando a pessoa foi lá e plantou, não precisei ficar olhando...Qualquer coisa a pessoa tem que ganhar, porque tempo tem que valer dinheiro, qualquer tanto a pessoa cobra, ninguém faz nada de graça pros outros, tem retorno que for hoje ou amanhã, mas tem que ter algum retorno (A10).

No entanto, alguns entrevistados enfatizam a dificuldade em se cooperar no assentamento, conforme estes relatos: “*Aqui ninguém faz isso...Cada um pra si*” (A1); “*Aqui é mais cada um por si*” (A12). Destacam-se outras dificuldades, tendo em vista que, para o entrevistado, cooperar é trabalhar unido:

Mas aqui é difícil, difícil trabalhar unido. Às vezes você quer, mas outra pessoa não quer. Aqui o cara até quer ajudar a fazer, a gente tinha um grupo de inseminação, levaram embora os botijão, umas pessoas pagam e outras não, daí fica difícil você trabalhar assim... Agora querem entrar de novo, mas eu falei que não, que a própria pessoa que quer entrar de novo pra fazer esses grupos pra inseminação é o que ...tá endividado, com o nome sujo (A7).

Nesse ponto destaca-se que relações sociais de reciprocidade geram valores tais como, a confiança e a solidariedade (TESCHE, 2007). Esses valores podem fortalecer a cooperação entre os envolvidos.

O histórico individual de cooperação anterior ao assentamento foi observado por meio de indagação que procurava identificar um perfil cooperativo. Dessa forma, antes de morar no assentamento, 33,3% já haviam trabalhado em grupo, ou em associação ou cooperativa, enquanto que 66,7% não. Esse trabalho caracterizou-se como troca de dias entre vizinhos, além de trabalho conjunto com outras pessoas com troca de equipamentos, em projetos de economia solidária e pastorais da Igreja Católica. Em

todas essas atividades a experiência foi descrita como variando de boa a ótima, com oportunidades de ampliar conhecimentos e interagir com os demais. Ainda destaca-se que três assentados possuem experiência em outras associações de pequenos produtores.

A falta de união foi relatada por alguns entrevistados no comparecimento às reuniões promovidas pela Associação do Assentamento, conforme este relato: “*Pouca participação nas reunião que tem no assentamento, não tem união*” (A6). E também em relação às condições físicas da sede da Associação, conforme este relato: “*falta de união, a casa da associação não tem nem água pra lavar as mãos, nem banheiro pra usar, um abandono total. Isso é uma falta de união de todos, porque isso é uma coisa que pertence a todos do assentamento*” (A6).

Essa pouca participação nas reuniões e a relevância das mesmas é descrita neste relato:

Agora sempre tão vindo, fazendo reunião, sobre plantio e projeto de construção e reforma das casa. Quase de mês em mês. Tem vez que vão tudo, tem vez que vai pouca gente. Agora que foram entregar semente e mais coisa, muitos que não iam, foram na reunião. Mas eu sempre gosto de ir, de assistir, pra ouvir o que eles estão dizendo, tirar uma informação boa (A12).

A união durante o período de acampamento e a adoção de um perfil não cooperativo após o recebimento do lote é evidenciada neste relato: “*Tinha união no acampamento, quando tava no acampamento. Tinha acordo de ajudar o outro quando recebe o lote, mas na hora pega o lote esquece isso*” (A6). Assim, consta-se que as aspirações pessoais marcadas pelo individualismo, na posse da terra ou na procura de romper com situações de dependência anterior, podem vir a prejudicar a cooperação (TERRA, 2009; WANDERLEY, 1996).

A intensidade do relacionamento entre as pessoas impacta as ações de compartilhamento (SPEKMAN; KAMAUFF JÚNIOR; MYHR, 1998). Assim, quanto mais colaborativas (cooperativas) forem as relações, maior será a tendência de ocorrer mais ações de compartilhamento de informação.

Em resumo, conforme os resultados empíricos, nota-se o baixo índice de cooperação em atividades agrícolas e nas demais ações cooperativas que também são executadas com pouca frequência. No entanto, salienta-se que iniciativas anteriores de atividades conjuntas que não obtiveram êxito podem estar influenciando as ações presentes.

5.5 CONFIANÇA

A confiança também foi um dos elementos abordados na pesquisa, pois Li e Lin (2006) descrevem que o compartilhamento de informação é impactado positivamente pela presença da confiança entre os pares. Assim, solicitou-se que todos os entrevistados definissem o que era confiança na percepção de cada um. Verificou-se, sobretudo, a definição de confiança como o fato de acreditar na pessoa, expressa de formas distintas, conforme estes relatos: “*Confiança é você acreditar que a pessoa fala a verdade...*” (A6); “*É eu acreditar na sua palavra e você na minha*” (A10); “*É firmeza, passa aquele voto de firmeza, que você tem e você vai confiar naquilo lá. Firmeza é confiança*” (A13). Destaca-se o relato segundo o qual “*a confiança nasce da necessidade*” (A2). Nesse sentido, essa ideia é reforçada por este relato:

De todos pode se confiar em um. Porque tem mais garantia, igual pra cuidar de alguma coisa, tem que ser a pessoa exata, não vou colocar qualquer pessoa pra cuidar do meu lote se não tiver confiança. Se a gente não confiar em uma pessoa no mundo como a gente vai ter sobrevivência. Se a gente não confia no colega como a gente vai sobreviver (A17).

Ainda outra definição de confiança merece ser citada:

Primeiramente é o respeito né, confiança é você se respeita, e a confiança é você poder contar com a outra pessoa né. A palavra confiança envolve muita coisa, eu acho que é o respeito, é você pode contar um com o outro, por exemplo, a pessoa conta com você e você conta com a outra pessoa né, a base eu acho que é isso (A4).

Com o intuito de verificar quais elementos influenciam no compartilhamento de informação e na execução de atividades conjuntas, indagou-se aos entrevistados se eles mantinham uma relação de confiança com outro assentado, excetuando-se parentes. Assim, 84,2% responderam positivamente, enquanto que 10,5% afirmaram que não. Ressalta-se que 5,3% declararam confiar em todos os moradores do assentamento, não mantendo uma relação de confiança específica com apenas um assentado.

Por conseguinte, os motivos que levaram ao desenvolvimento da relação de confiança com determinada pessoa foram vários. Alguns entrevistados descreveram sucintamente os motivos, dentre eles, os pautados no caráter, na honestidade, na sinceridade e na simplicidade da pessoa, corroborando com Andrade, Fischer e Stefano (2011) quando afirmam que a confiança tem seu princípio no compartilhamento de

valores. Outros relatos indicam os demais aspectos: “É uma pessoa boa, que sempre ajuda os vizinhos, tá disposta, toda vida ela vai lá e ajuda” (A9).

A Tabela 9 demonstra o grau de concordância com as afirmações de que se pode confiar na maioria das pessoas (moradores e vizinhos) que residem no assentamento, bem como, se a maioria das pessoas residentes no assentamento está disposta a ajudar somente as pessoas que as ajudam. Demonstra-se que o maior percentual obtido é de concordância em parte para ambas as afirmações.

Tabela 9 - Percepção dos entrevistados quanto à confiança e a ajuda recíproca entre moradores do assentamento.

| Concordância | Confia na maioria (%) | Ajuda recíproca (%) |
|---------------------------|------------------------------|----------------------------|
| Concordo | 15,8 | 5,3 |
| Concordo em parte | 57,9 | 52,6 |
| Não concordo nem discordo | 5,3 | 21,1 |
| Discordo parcialmente | 5,3 | 15,8 |
| Discordo totalmente | 15,8 | 5,3 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Nesse sentido, existem relatos que afirmam: “Aqui a gente confia, mas igual eu te falei, nesses uns que a gente conhece a muito tempo. Esses novatos aí, que é andorinha, a gente não bota muita fé não” (A3); “Tô aprendendo a confiar, no começo não confia em ninguém” (A8). Assim, identifica-se a influência da convivência no desenvolvimento da confiança.

Cita-se também que alguns assentados constatarem a existência de uma divisão no assentamento, evidenciada entre os “originais” que residem nos lotes desde a implantação do assentamento e os assentados que passaram a residir nos lotes provavelmente após a desistência de outro morador. Esse fato pode exercer influência sobre os elementos abordados nesta pesquisa.

Questionados em relação à confiança, se esta tem melhorado nos últimos cinco anos, o percentual de 57,8% dos assentados declarou que a confiança melhorou, para 15,8% permaneceu mais ou menos a mesma, e um percentual idêntico afirmou que ela piorou. Salienta-se que para 5,3% a questão não se aplica, pelo fato de residir a menos de cinco anos no assentamento, não sendo possível, assim a aplicação da referida pergunta. Ressalta-se que 5,3% não souberam responder.

Os assentados que citaram que a confiança entre as pessoas do assentamento melhorou, atribuíram essa melhora à convivência, tendo em vista que com o passar do tempo é possível conhecer as pessoas ou vizinhos e, com isso, podem-se criar laços de amizade, sendo a durabilidade da relação fator determinante. Salieta-se que a confiança é um processo demorado, conforme este relato: “*Aos pouquinhos vai melhorando*” (A6). Outro relato descreve que: “*As não confiáveis foram embora e a convivência melhorou*” (A3). Assim, a melhora da confiança é conferida à saída de assentados que não eram considerados confiáveis. Muitos atribuem à rotatividade uma visão até certo ponto positiva. As reuniões da Associação do Assentamento também foram citadas como elemento que contribui no processo de desenvolvimento da confiança entre os moradores, embora essas reuniões ainda sejam poucas, conforme relatado.

Por sua vez, os respondentes que afirmam que a confiança entre as pessoas do assentamento permaneceu mais ou menos a mesma, vinculam a resposta também à rotatividade no assentamento, conforme este relato: “*Com a troca de vizinhos, não se conhece mais as pessoas, não sabe a origem nem a conduta, demora tempo para se confiar*” (A4). Nessa perspectiva o processo de desenvolvimento da confiança ganha um caráter mais demorado e dependente do tempo do que na visão anterior apresentada. No entanto, percebe-se que esse processo está se desenvolvendo. Outro entrevistado mantém certa desconfiança, que não se alterou pelo convívio com os demais assentados, de acordo com este relato: “*Você pensa que conhece mais não conhece*” (A7).

Por fim, alguns declaram que a confiança no assentamento piorou, em virtude de alguns moradores terem se mudado e outras pessoas terem passado a residir no local. Nota-se novamente a presença da rotatividade, agora vista como um fenômeno negativo. Assim, a troca de assentados prejudicou a confiança, pois inicia-se novamente o processo de conhecer a pessoa e de posteriormente confiar nela. Dessa maneira, destaca-se este relato: “*Conhecia pessoas desde o acampamento, mas a mudança delas piorou a confiança*” (A5).

Com referência à evasão e à rotatividade elas estão relacionadas a diversos fatores, entre eles a coesão social e a capacidade organizativa da comunidade (MELLO, 2006; ALEIXO, 2007). Mello (2008) verificou que a tendência de uma maior mobilidade dos assentados encontra-se entre os que apresentam menos vínculos sociais. Assim, o Assentamento Amparo, conforme o Relatório de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) gerado pelo Sistema de Informações de Projetos

de Reforma Agrária – Sipra, emitido em 10 de julho de 2012, comparado ao relatório inicial de implantação do assentamento, possui o percentual total de 29,86% de evadidos, desistentes e transferidos (INCRA, 2012b). Esse percentual pode não refletir exatamente o quantitativo de evadidos, desistentes e transferidos no Assentamento Amparo, em decorrência da falta de atualização dos dados junto ao INCRA.

Dessa forma, constata-se que as relações de confiança são baseadas em valores, tais como a honestidade. Que a confiança, até certo ponto, é restrita a poucas pessoas ou grupos de pessoas, assim como a reciprocidade e a cooperação. Verificou-se, nesse sentido, que a convivência exerce grande influência sobre a confiança.

Cabe destacar, ainda, que “é importante que o compartilhamento de informações resulte em benefícios e melhorias concretas, decorrentes da confiança entre as partes” (CHIARA; ALCARÁ; TOMAÉL, 2010, p. 107). Assim, com a percepção dessas vantagens, pode-se proporcionar um contínuo reforço do compartilhamento de informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os elementos presentes no compartilhamento de informação, assim como, analisar a relevância da informação para as posturas cooperativas dos atores sociais no assentamento. Para tanto se fez necessário o estudo das interações entre os assentados, pois o compartilhamento ocorre basicamente na interação. Os elementos abordados foram a informação, a cooperação, a reciprocidade e a confiança. Outros aspectos emergiram durante a análise e também foram descritos e serão aqui sintetizados.

O objeto empírico deste estudo foi o Assentamento de Reforma Agrária Amparo, localizado no município de Dourados, Mato Grosso do Sul.

A literatura mostra a potencialidade que a proximidade social pode trazer, no entanto, este estudo, identificou que tal aproximação é pouco explorada, embora ela possa ser capaz de intensificar a comunicação entre os atores envolvidos, fortalecendo o compartilhamento de informação e as formas de cooperação e, com isso, estimular o desenvolvimento da comunidade, já que a informação quando transformada pelas ações dos indivíduos pode produzir benefícios sociais e econômicos.

Os resultados empíricos demonstram que existem várias barreiras que prejudicam o assentamento como um todo como, por exemplo, o sentimento de separação entre alguns assentados que são considerados os “originais”, que residem no assentamento desde a sua implantação, e os que vieram depois, possivelmente após a desistência de outro assentado em residir no lote. A ausência de um espírito de comunidade fortalecido fragmenta iniciativas em direção a uma consolidação de anseios e maiores ganhos para toda a coletividade. Acrescenta-se, ainda, que esse sentimento de separação pode gerar exclusão (ou sua percepção) por parte de alguns, bem como prejudicar o desenvolvimento de relações de confiança entre os assentados. Por sua vez, a confiança é um elemento necessário à cooperação, logo, a sua ausência dificulta o compartilhamento de informação, pois para que o ato de compartilhar efetivamente ocorra é demandada a adoção de uma postura de cooperação.

Adicionam-se ainda esperanças não concretizadas, que fizeram com que alguns assentados desacreditassem nas promessas feitas por autoridades e até mesmo por outros assentamentos. Consequentemente, podem ter resultado em situações marcadas pela falta de união e o fortalecimento de grupos essencialmente formados por familiares

que procuram resolver seus problemas internamente.

Tendências pessoais à autonomia são encontradas de maneira relevante, talvez decorrente de um histórico de vida ou de trabalho. No entanto, essa é uma relação complexa que ainda necessita ser profundamente pesquisada.

Apesar das interações entre vizinhos representar o elemento mais relevante para mitigar as necessidades de informação, o seu compartilhamento não condiz com essa expressividade, pois, embora exista um alto índice de disposição a compartilhar, o efetivo compartilhamento ocorre em poucas ocasiões. Com o intuito de esclarecer os motivos para esse fenômeno analisou-se a confiança, cooperação e a reciprocidade.

Assim, foi identificado um baixo índice de cooperação em atividades agrícolas e em demais ações cooperativas que são executadas com pouca frequência. A confiança é, até certo ponto, limitada a poucas pessoas ou a grupos de pessoas, da mesma forma que a reciprocidade e a cooperação. Nesse contexto, cita-se a influência principalmente da convivência e de relações de longo prazo.

Logo, o compartilhamento de informação e as posturas cooperativas representam uma expressividade restrita. Percebeu-se que a confiança exerce relevante influência sobre as motivações que levam os entrevistados a compartilhar informação. Ainda acrescenta-se que, para que haja o compartilhamento de informação, é necessária a reciprocidade e que para de fato existir a reciprocidade, a confiança é um elemento requerido (Cohen, 1998). Ainda sobre as motivações em se compartilhar, cita-se também o sentimento de pertencimento a uma coletividade, interesses e experiências comuns.

Nesse sentido, Tesche (2007) constata que é necessário fortalecer as relações sociais informais, com base na reciprocidade. Que extensionistas rurais, bem como demais mediadores sociais, e também os gestores de políticas públicas precisam refletir a respeito da “importância da reciprocidade no êxito de políticas públicas para a agricultura familiar e nos trabalhos de extensão rural” (TESCHE, 2007, p. 94).

Cabe destacar que os entrevistados possuem a percepção da importância da Associação do Assentamento, no entanto o seu fortalecimento é algo ainda incipiente e que precisa ser estimulado pela união de todos os assentados. Que iniciativas institucionais necessitam estar mais presentes como incentivo a práticas cooperativas e que estas contemplem a comercialização dos produtos, pois o sucesso delas pode incentivar a reprodução de atividades cooperativas. Nessa perspectiva, Elias (2005) salienta que a participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento da

cooperação em assentamentos rurais, por meio da implementação de políticas públicas capazes de viabilizar as novas formas de produção agrícola contemplando, a capacitação dos assentados, a disponibilidade de assistência técnica, a pesquisa e a comercialização.

Assim como, devem estar presentes, estratégias educativas que possam desenvolver a conscientização dos assentados quanto aos benefícios que a cooperação pode trazer no desempenho das atividades produtivas, demonstrando que essa cooperação é algo possível e que poderá trazer alternativas de desenvolvimento para a comunidade. Nesse sentido, pode-se pensar que a Associação do Assentamento poderia desempenhar um importante papel como representante dos assentados e um dos mecanismos capazes de interagir com as demais instituições na elaboração de ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e cultural no assentamento.

O estímulo a trocas sociais e o fortalecimento de interações são fundamentais à efetividade do compartilhamento de informação, já que a intensidade dos relacionamentos entre as pessoas influencia proporcionalmente o compartilhamento. No entanto, deve-se considerar que essa intensidade é impactada pela confiança.

Cita-se como limitação deste estudo o fato de não ter sido possível entrevistar um número maior de assentados.

A partir deste trabalho, podem ser sugeridos alguns temas para futuras pesquisas, no contexto de Assentamento Rurais, conforme explicitado a seguir: o papel da cultura e dos históricos de vida no compartilhamento de informação e o estudo mais aprofundado dos elementos que influenciam o compartilhamento que são descritos por Ipe (2003).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social nos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- AGRAER. **Plano de desenvolvimento sócio-econômico do P.A. Amparo**, 1997.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.9-16, set./dez. 2004.
- ALCARÁ, A. R. *et al.* Fatores que influenciam o compartilhamento de informação e conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, p. 170-191, jan./abr. 2009.
- ALEIXO, D. N. S. **Mudanças de beneficiários e formas de reocupação de lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu - RJ**. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- ALVES, M. O. **Alguns fatores que interferem no processo de capacitação em associações de agricultores familiares assentados da Reforma Agrária**. Banco do nordeste do Brasil, escritório técnico de estudos econômicos do nordeste – ETENE. 2002.
- ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39 n. 2, p.115-128, mai./ago. 2010.
- ANDRADE, S. M.; FISCHER, A. L.; STEFANO, S. R. Confiança organizacional e interpessoal como uma dimensão de clima organizacional: Um estudo a partir da percepção dos empregados das organizações que pretendem se destacar pela qualidade do ambiente de trabalho. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 3, 2011, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.progep.org.br/MelhoresEmpresas/InfoDocs/Confian%C3%A7a%20Organizacional%20e%20Interpessoal%20como%20uma%20Dimens%C3%A3o%20de%20Clima%20Organizacional%202011.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- ANGELONI, M. T. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 17-22, mar./abr. 2003.
- AROUCK, O. Avaliação de sistemas de informação: revisão da literatura. **TransInformação**, v. 13. no 1, p 7-21, jan./jun. 2001.
- AXELROD, R.; HAMILTON, W. D. The evolution of cooperation. **Science**, New Series, v. 211, n. 4489, p. 1390-1396, mar. 1981.

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: CONGRESSO DA SOBER, 31, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições Setenta, 2011.

BARNARD, C. I. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1979.

BARNEY, J. B.; HANSEN, M. B. Trustworthiness as a Source of Competitive Advantage. **Strategic Management Journal**, v. 15, Special Issue: Competitive Organizational Behavior (Winter, 1994), p. 175-190, 1994.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BLANC-PAMARD, C.; CONCHOL, M.E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BINOTTO, E. **Criação de conhecimento em propriedades rurais no Rio Grande do Sul, Brasil e em Queensland, Austrália**. 2005. 268f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BITTENCOURT, A. G. *et al.* **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Projeto de Cooperação Técnica Incra / FAO, Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 7 jan. 2013.

BRADACH, J. L.; ECCLES, R.G. Markets versus hierarchies: from ideal types to plural forms. **Annual Review of Sociology**, v. 15, p. 97-118, 1989.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 30 nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria n. 80, de 24 de abril de 2002** (Publicação: D.O.U. de 25/4/2002, seção 1, p. 127).

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SILVEIRA, J. M. Inovação tecnológica na agricultura e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 47-81.

CANDIL, R. F. M.; ARRUDA, E. J. D.; ARAKAKI, A. H. O Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no assentamento Andalucia, Nioaque/MS. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 75-80, mar. 2007.

CARVALHO, H. M. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade social no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Brasília: MPF/NEAD/IICA, 1999.

- CASANOVA, M. B. Information: the major element for change. In: WORMELL, I. (Org.). **Information quality: definitions and dimensions**. London: Taylor Graham, 1990. p.42-53.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**, v. 1, 2. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CHIARA, I. G.; ALCARÁ, A. R.; TOMAÉL, M. I. Tipos de compartilhamento de informação e do conhecimento no ambiente de P&D. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.20, n.2, p. 105-118, maio/ago. 2010.
- CHO, N.; LI, G. Z.; SU, C. An empirical study on the effect of individual factors on knowledge sharing by knowledge type. **Journal of Global Business and Technology**, v. 3, n. 2, p. 1-16, 2007.
- CLARK, M.C.; PAYNE, R.L. The nature and structure of workers trust in management. **Journal of Organizational Behavior**, v. 18, n. 3, p. 205-224, 1997.
- CLEMENTI, J. A. *et al.* Compartilhamento do conhecimento: barreiras e facilitadores. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg8/anais/T12_0554_2948.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.
- COHEN, D. Towards a knowledge context: report on the first annual U.C. Berkeley Forum on Knowledge and the firm. **California Management Review**, Berkeley, v. 40, n. 3, 1998.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P. W. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010.
- CURRALL, S.C.; JUDGE, T.A. Measuring trust between organizational boundary role persons. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 64, n. 2, p. 151-170, 1995.
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DE SORDI, J. O. **Administração da informação**: fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DIXON, N. **Common knowledge**: how companies thrive by sharing what they know. Boston: Harvard Business School Press, 2000.
- DONEY, P. M.; CANNON, J.P. An examination of the nature of trust in buyer-seller relationships. **Journal of Marketing**, v.61, p. 35-51, 1997.
- DRISCOLL, J.W. Trust and participation in organizational decision making as predictors of satisfaction. **Academy of Management Journal**, v. 21, n. 1, p. 44-56, 1978.

DYER, J. H.; NOBEOKA, K. Creating and managing a high performance knowledge sharing network: the Toyota case. **Strategic Management Journal**, v. 21, n. 3, p. 345-367, mar. 2000.

ELIAS, M. F. M. A relação da cooperação com a construção da identidade social dos assentados. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2, 2005, São Luis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Michelly_ferreira197.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Relações sociais e o processo de formação do capital social nos Assentamentos São Bento e Santa Clara/Che Guevara - Pontal do Paranapanema-SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J.T.A.; ESQUERDO, V.F. S. (Orgs.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p.145-166.

FERREIRA, G. C. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011.

FISCHER, R. M.; NOVELLI, J. G. N. Confiança como fator de redução da vulnerabilidade humana no ambiente de trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 67-78, abr./jun. 2008.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005.

FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.

FROST, T.; STIMPSON, D.V.; MAUGHAN, N.R.C. Some correlates of trust. **Journal of Psychology**, v. 99, n. 1, p. 103-108, 1978.

FUKUYAMA, F. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York: Free Press, 1995.

GAMBETTA, D. Can We Trust ? 2000. Disponível em: <http://www.loa.istc.cnr.it/mostro/files/gambetta-conclusion_on_trust.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAESER, E. L. *et al.* What is Social Capital? The determinants of trust and trustworthiness. **NBER Working Paper**, n. W7216, 1999. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w7216>>. Acesso em: 1 mai. 2013.

GRIFFIN, K. The contribution of studies of source credibility to a theory of interpersonal trust in the communication process. **Psychological Bulletin**, v. 68, n. 2, p. 104-120, 1967.

GUANZIROLI, C.E.; CARDIM, S.E. (Coord.). Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: **Projeto de cooperação técnica FAO/INCRA**, 2000. Disponível em: < http://uenf.br/Uenf/Downloads/AGRONOMIA_1271_1095426409.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2013.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* A importância do agronegócio familiar no Brasil. In: CONGRESSO DA SOBER, 43, 2005, Ribeirão Preto. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/2/930.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

HARDIN, R. Trust in Government. In: BRAITHWAITE, V.; LEVI, M. (Orgs.). **Trust and governance**, v. 1, Series of trust. New York: Russell Sage Foundation, 1998. p. 9-27.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos, 2005.

HOLANDA, A.B.; OLIVEIRA, M. C. G.; OLIVEIRA, S. R. Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas - interesses da área da Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v.25, n.1, p. 47-53, jan./abr. 2013.

HOSMER, L. T. Trust: the connecting link between organizational theory and philosophica ethicas. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 2, p. 379-403, 1995.

IANAGUIVARA, C. M. G. A. **Confiança do empregado na organização: revalidação de instrumento de medida**. 2011. 103f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006** - Agricultura familiar: primeiros resultados.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Mapa do Assentamento Amparo**, 2012a.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da reforma agrária**. 2012b. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria> >. Acesso em: 18 out. 2012.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento – DT. Coordenação Geral de Implantação – DTI – SIPRA. **Relação de Projetos de Reforma Agrária**. 2012c. Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação. Período de criação do projeto: 01/01/1900 até 31/12/2011. Rel. 0227 de 23/03/2012, p. 187-315. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

IPE, M. Knowledge sharing in organizations: a conceptual framework. **Human Resource Development Review**, v. 2, p. 337-359, dez. 2003.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Desenvolvimento Rural. In: IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, n. 5. Brasília: Ipea, 2002. p.80-97.

JARA, C. J. Capital social: Construindo redes de confiança e solidariedade. In: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (Org.). **Capital social e desenvolvimento social sustentável**. Quito: SEPLAN, nov., 1999.

JESUS, P; TIRIBA, L. Cooperação. In: CATTANI, A. D. ; LAVILLE, J.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Org.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. 1.ed. Coimbra: Almedina (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), v. 1, 2009. p. 80-85.

KRAMER, R.M. Trust and distrust in organizations: emerging perspective, enduring questions. **Annual Review of Psychology**, v. 50, p. 569-598, 1999.

LACERDA, A. G. D.; MALAGODI, E. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes**, v. 26, n. 1., p. 93-100, jan./dez. 2007.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1994.

LARZELERE, R.E., HUSTON, T. L. The dyadic trust scale: toward understanding interpersonal trust in close relationships. **Journal of Marriage and the family**, v. 43, n. 3, p. 595-604, 1980.

LASSERRE, G. **La cooperation**. Paris: PUF, 1967.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. Chaves para o terceiro milênio na era do conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p.7-26.

LEWIS, J. D. ; WEIGERT, A. Trust as a social reality. **Social Forces**, v. 63, n. 4, p. 967-985, 1985.

LI, S.; LIN, B. Accessing information sharing and information quality in supply chain management. **Decision Support Systems**, v.42, p.1641–1656, 2006.

LIN, H.F., LEE, G.G. Effects of socio-technical factors on organizational intention to encourage knowledge sharing. **Management Decision**, v. 44, n. 1, p. 74-88, 2006.

LIN, T., WU S., LU, C. Exploring the affect factors of knowledge sharing behavior: the relations model theory perspective. **Expert Systems with Applications**, v. 39 , p.751–764, 2011.

LIN, W. The effect of knowledge sharing model. **Expert Systems with Applications**, v. 34 , p. 1508–1521, 2008.

LUNDASEN, S. Can we trust the measurement of trust?. **Opinião Pública**, Campinas, v.8, n.2, p. 304-327, out. 2002.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. p. 49-209.

MELLO, P. F. **Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul**. 2006. 228f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MELLO, P. F. Coesão social e evasão em Assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 595-610, set./dez. 2008.

MISHRA, A. K. Organizational responses to crisis: the centrality of trust. In: KRAMER, R. M.; TYLER, T. R. (Orgs). **Trust in organizational: frontiers of theory and research**. California: Sage Publications, 1996. p.261-287.

MÖLLERING, G. Trust, institutions, agency: towards a neoinstitutional theory of trust. In: BACHMANN, R.; ZAHEER, A. **Handbook of trust research**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2006. p. 355-376.

MONNIER, L.; THIRY, B. Arquitectura y dinámica del interés general. In: MONNIER, L.; THIRY, B. (Orgs.). **Câmbios estructurales e interés general**. Madrid: CIRIEC, 1997. p.13-33.

NAKAYAMA, M. K. *et al.* Construção da relação entre confiança e as cinco disciplinas de Senge na gestão de equipes virtuais e semi-virtuais. **Renote: Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p.1-11, dez. 2007.

NAVARRO, Z. ; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

OLETO, R. R. Percepção da qualidade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr., 2006.

PAGHALED, M.; SHAFIEZADEH, E.; MOHAMMADI, M. Information Technology and its Deficiencies in Sharing Organizational Knowledge. **International Journal of Business and Social Science**, v. 2, n. 8, p. 192-198, mai. 2011.

PAIM, I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito “qualidade” da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p.111-119, jan./jun., 1996.

- PATRUCCO, P. P. Institutional variety, networking and knowledge exchange: communication and innovation in the case of the Brianza technological district. **Regional Studies**, v. 37, n. 14, p. 159-172, abr. 2003.
- PEREIRA, P.A. Discussões conceituais e direito à cidadania. In: PEREIRA, P.A. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p.87-108.
- PIRES, M. A. P. **Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002. 103f. (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.
- PIORE, M. J. The emergence role of social intermediaries in the new economy. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 72, n. 3, p. 339-350, 2001.
- PROCÓPIO, M. L. A cooperação espontânea: relativizando a importância da atividade formal de gestão no funcionamento das organizações. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2006.
- ROBINSON, S.L. Trust and breach of the psychological contract. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 574-599, 1996.
- ROSENBERG, M. Misanthropy and political ideology. **American Sociological Review**, v. 21, p. 690-695, 1956.
- ROSSEAU, D. M.; SITKIN, S.B; BURT, R.S.; CAMERER, C. Not so different after all: a cross-discipline view of trust. **Academy of Management Review**, v.23, p.393-404.
- ROTTER, J.B. A new scale for measurement of interpersonal trust. **Journal of Personality**, v. 35, n. 4, p. 651-665, 1967.
- ROTHSTEIN, B.. Trust, Social Dilemmas and and the strategic construction of collective memories. In: REUNIÃO ANUAL DA AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 2000, Washington. **Anais...**Disponível em: < http://www.russellsage.org/sites/all/files/u4/Rothstein_Trust,%20Social%20Dilemmas,%20%26%20the%20Strategic%20Construction%20of%20Collective%20Memories.doc >. Acesso em: 23 abr. 2013.
- SABEL, C. F. Studied trust: Building new forms of cooperation in a volatile economy, **Human Relations**, v. 46, n. 9, p. 1133-1170, 1993.
- SABOURIN, E.; OLIVEIRA, M. N. D.; XAVIER, J. H. V. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG. **Estudos Sociedade de Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-44, 2007.
- SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 27, mai./ago. , p. 24-51, 2011.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHOORMAN, F. D.; MAYER, R.C.; DAVIS, J. H. An integrative model of organizational trust: past, present and future. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 2, p. 344-354, 2007.

SCHWUCHOW, W. Problems in evaluating the quality of information services. In: WORMELL, I (Org.). **Information quality: definitions and dimensions**. London: Taylor Graham, 1990. p.69-72.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, Edição Especial 1, p. 84-94, 2007.

SHEPPARD, B. H.; SHERMAN, D. M. The grammars of trust: a model and general implications. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 3, p. 422-37, 1998.

SÖDERSTRÖM, E. Trust types: an overview. **Discourses in Security Assurance and Privacy**, abr.15-16, p. 1-12, 2009.

SOUSA, M. A. D. Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em Assentamentos Rurais do MST. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 78-100, dez. 2002.

SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 21-72.

SPEKMAN, R. E.; KAMAUFF JÚNIOR, J. W.; MYHR, N. An empirical investigation into supply chain management: a perspective on partnerships. **Supply Chain Management**, v. 3, n.2, p.53-67, 1998.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistema de informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LCT Editora, 2002.

STEWART, T. A. **A riqueza do conhecimento: o capital intelectual e a nova organização**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TERRA, A. **Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão?** Assentamento Itamarati em Ponta Porã - MS: "O pivô da questão". 2009. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

TESCHE, R.W. **As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS**. 2007. 148f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TESCHE, R.W.; MACHADO, J. A. D. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n.36, p.7-37, jul./dez. 2012.

THESEK, C. N. L. Cultura da Cooperação: Uma Abordagem Psicossocial em uma Cooperativa de Trabalho. **Revista Gestão e Tecnologia**, v. 6, n.1 , 2006.

TOMAÉL; M. I.; ALCARÁ, A. R.; CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 34, n.2, p. 93-104, mai/ago, 2005.

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

TZAFRIR, S. S.; HAREL, G. H. Trust-ME: a scale for measuring manager- employee trustworthiness. **The Academy of Management Review**, Mississipi State, ago. 2002.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.

VON KROGH, G.; ICHINO, K; NONAKA, I. **Facilitando a Criação de Conhecimento**: reinventando a empresa com o poder da inovação contínua. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ZUCKER, L. G. Production of trust: institutional sources of economic structure, 1840-1920. **Research in Organizational Behavior**, v. 8, p. 53-111, 1986.

WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20, 1996, Caxambu. **Anais eletrônicos...**Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/o/899445>>. Acesso em: 20 out. 2012.

WEGNER, D. *et al.* Capital Social e a construção da confiança em redes de cooperação: mudando padrões de relacionamentos na pecuária de corte. **Revista de Administração Imed**, v. 1, n. 1, p. 72-96, dez. 2011.

WOLF, E. R. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora da UnB; Campinas: Editora, 2003. p. 93-114.

YAMAGISHI, T.; KIKUCHI, M.; KOSUGI, M. Trust, gullibility, and social intelligence. **Asian journal do Social Psychology**, v.2, p. 145-161, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS



Número do lote: _____

Data: ____/____/____

1 CARACTERIZAÇÃO GERAL:

1.1 Estado civil:

- Solteiro Separado União Estável
 Casado Viúvo Outro _____

1.2 Há quanto tempo o entrevistado trabalha no meio rural? _____

1.3 Já trabalhou fora do meio rural?

- Sim, Em qual atividade? _____
 Não

1.4 Há quanto tempo (anos) o entrevistado mora no assentamento: _____

1.5 Quantidade de pessoas que moram no lote: _____

1.6 Perfil da família residente no lote:

| Sexo (Masculino/ Feminino) | Idade | Parentesco | Escolaridade |
|---|-------|--------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | Entrevistado | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |
| <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F | | | |

Legenda Escolaridade: Não Alfabetizado; Alfabetizado; Educação Fundamental incompleta (1º ao 5º); Educação Fundamental completa (1º ao 5º); Educação Fundamental incompleta (6º ao 9º); Educação Fundamental completa (6º ao 9º); Médio Incompleto (2º grau); Médio completo (2º grau); Superior Incompleto; Superior completo.

1.7 Perfil da mão-de-obra utilizada na propriedade:

- Exclusivamente familiar. Parcialmente familiar.
 Contratada permanente. Quantos? _____
 Contratada temporária. Quantos? _____

2 INFORMAÇÃO:

2.1 Comunicação e fontes de informação:

2.1.1 Possui acesso a internet? Sim Não

2.1.2 Qual a sua principal fonte de informação a respeito das políticas de governo para a agricultura familiar?

Rádio Televisão Jornal impresso Internet Parentes
 Vizinhos Associação do Assentamento Igreja Agraer
 Outro(s) Quais? _____

2.1.3 Qual a sua principal fonte de informações técnicas?

Rádio Televisão Jornal impresso Internet Parentes
 Vizinhos Associação do Assentamento Igreja Agraer
 Outro(s) Quais? _____

2.1.4 No geral, em comparação há dois anos atrás, o seu acesso à informação:

Melhorou Piorou Permaneceu mais ou menos o mesmo
 Quais os motivos? _____

2.2 Assistência técnica:

2.2.1 Você atualmente recebe assistência técnica?

Sim, de qual órgão? _____
 Não atualmente, mas já recebi, do órgão _____
 Nunca recebi, vá para a questão 2.3.1

2.2.2 Classifique quanto à utilidade da assistência técnica recebida:

Ótima Boa Regular Ruim

2.2.3 A informação recebida está de acordo com a sua necessidade?

100% das vezes 75% das vezes 50% das vezes 25% das vezes Nunca

2.2.4 De que forma a assistência técnica é repassada: Coletiva Individual

2.2.5 Você encontra dificuldade em compreender as informações repassadas pela assistência técnica? (*aceita-se mais de uma resposta*)

Sim, a linguagem é difícil
 Sim, outros motivos, quais? _____
 Não

2.3. Necessidade e Compartilhamento de informação:

2.3.1 Quais são suas maiores necessidades de informação (Tipos e para quais atividades)? _____

2.3.2 Quando você sente necessidade de informação (financiamentos, produção, comercialização) quem você procura?

- () Parentes () Vizinhos () Agraer () Outro(s), quem? _____
 () Não procuro ninguém, tento resolver sozinho, como? _____

2.3.3 Eu estou disposto a cooperar com os demais assentados, seja por meio de compartilhamento/troca de informações ou em atividades.

- () 100% das vezes () 75% das vezes () 50% das vezes () 25% das vezes () Nunca

2.3.4 Com que frequência, nos últimos 12 meses, você compartilhou/trocou informações (sobre financiamentos, produção e comercialização) com os vizinhos?

- () 100% das vezes () 75% das vezes () 50% das vezes () 25% das vezes () Nunca

3 Cooperação

3.1 O que significa para você a palavra cooperação no relacionamento com os demais assentados? _____

3.2 Você já participou de mutirão entre vizinhos? () Sim () Não

3.3 Nos últimos 12 meses você desenvolveu alguma dessas atividades conjuntamente com outros assentados? Com que frequência?

| Atividade | 100% das vezes | 75% das vezes | 50% das vezes | 25% das vezes | Nunca |
|---|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-------|
| Produção agropecuária | | | | | |
| Comercialização de produtos originários dos lotes | | | | | |
| Compra de insumos | | | | | |
| Compra de equipamentos | | | | | |
| Outra(s), especificar: | | | | | |

3.4 Em que momentos a cooperação pode ser percebida no assentamento? _____

3.5 Antes de morar no assentamento você já trabalhou em grupo, ou em associação ou em cooperativa?

- () Sim, em qual atividade? _____ Com quem? _____
 como foi a experiência? _____
 () Não

4 Confiança

4.1 O que significa para você a palavra confiança no relacionamento com outros assentados, pelos quais não possui laços de parentesco?

4.2 Você mantém uma relação de confiança com algum outro assentado, sem ser parente?

Sim, quais os motivos? _____

Não

4.3 Com relação às pessoas que vivem **neste assentamento**, você (1) concorda (2) concorda em parte (3) não concordo nem discordo (4) discordo parcialmente ou (5) discorda totalmente das afirmações abaixo?

Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram aqui (moradores e vizinhos).

A maioria das pessoas está disposta a ajudar somente as pessoas que as ajudam.

4.4 Você diria que nos últimos cinco anos a confiança entre as pessoas daqui:

Melhorou Piorou Permaneceu mais ou menos a mesma

Quais os motivos? _____

I. Observações Gerais (percepções do pesquisador):

APÊNDICE B: Termo de Consentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA (FACE)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios
Mestrado em Agronegócios

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Dados de identificação:**

Título do Projeto: “Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais do Assentamento Amparo, no município de Dourados/MS.”

Pesquisadora Responsável: Heloiza Cristina Holgado da Silva.

Instituição a que pertence à pesquisadora: Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Telefone para contato:

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ anos. R.G. _____

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa : “A informação em redes sociais: um estudo sobre a cooperação entre os atores locais no Assentamento Amparo, no município de Dourados/MS”, de responsabilidade da pesquisadora Heloiza Cristina Holgado da Silva.

1 O objetivo desta pesquisa é compreender o papel da informação como fator de cooperação entre os assentados, ou seja, se o compartilhamento/troca de informação ou a necessidade desta fazem com que as pessoas moradoras do assentamento desenvolvam um comportamento cooperativo, expresso em suas atividades cotidianas.

2 Este trabalho se justifica ao abordar a questão da cooperação juntamente com a informação, sendo uma relação ainda pouco explorada, principalmente ao ter como foco a agricultura familiar.

3 Para a realização da pesquisa será feito uma entrevista com os assentados. A pesquisadora irá pessoalmente às propriedades rurais para coletar as informações. E utilizará como recurso de captura de áudio um gravador para as perguntas abertas.

4 O objetivo da pesquisa não é expor o pesquisado, portanto os nomes serão preservados, o intuito somente desta entrevista é possibilitar ao entrevistador a identificação dos elementos necessários a sua pesquisa, já comentados anteriormente, como forma de gerar estudos acadêmicos e outras discussões no assunto.

5 A participação nesta pesquisa é de caráter inteiramente voluntário.

6 A pesquisadora garante a confiabilidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

Consentimento:

Eu, _____,
RG _____ Declaro que recebi explicações fornecidas pela pesquisadora HELOIZA CRISTINA HOLGADO DA SILVA, e que estou ciente que ela poderá utilizar os dados obtidos na realização da entrevista semiestruturada para sua pesquisa, mantendo sigilo naqueles aspectos que considerar de boa ética.

Dourados-MS, ____ de _____ de 2013.

Pesquisado

Heloiza Cristina Holgado da Silva(pesquisadora).

OBSERVAÇÃO: O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido original permanecerá em poder da pesquisadora.

Período de realização da pesquisa: setembro a outubro de 2013.

ANEXO A: Áreas dos lotes do Assentamento Amparo

Áreas dos lotes do Assentamento Amparo, 20% da área de cada lote destina-se a reserva legal.

| Lote - Área (hectares) | Lote - Área (hectares) |
|------------------------|------------------------|
| 1 - 15,9420 | 35 - 15,0002 |
| 2 - 15,7349 | 36 - 15,0002 |
| 3 - 15,5260 | 37 - 15,0002 |
| 4 - 15,1018 | 38 - 15,0002 |
| 5 - 15,0174 | 39 - 15,0687 |
| 6 - 15,0174 | 40 - 15,0578 |
| 7 - 15,0174 | 41 - 15,0066 |
| 8 - 15,0174 | 42 - 15,0606 |
| 9 - 15,0174 | 43 - 15,0157 |
| 10 - 15,0174 | 44 - 15,0307 |
| 11 - 15,0174 | 45 - 15,0326 |
| 12 - 15,0174 | 46 - 15,0162 |
| 13 - 15,0174 | 47 - 15,0219 |
| 14 - 16,0105 | 48 - 15,0145 |
| 15 - 20,5032 | 49 - 15,0050 |
| 16 - 18,4586 | 50 - 15,0163 |
| 17 - 18,5097 | 51 - 15,0412 |
| 18 - 18,3565 | 52 - 15,1013 |
| 19 - 17,2736 | 53 - 15,1112 |
| 20 - 29,6319 | 54 - 24,0716 |
| 21 - 20,9277 | 55 - 23,2956 |
| 22 - 17,4585 | 56 - 17,9212 |
| 23 - 18,8762 | 57 - 17,9822 |
| 24 - 20,8455 | 58 - 18,5020 |
| 25 - 19,3509 | 59 - 15,6352 |
| 26 - 16,7301 | 60 - 15,6715 |
| 27 - 15,1112 | 61 - 15,4965 |
| 28 - 15,0665 | 62 - 15,6638 |
| 29 - 15,0665 | 63 - 15,9036 |
| 30 - 15,0665 | 64 - 15,9681 |
| 31 - 15,0665 | 65 - 15,9887 |
| 32 - 15,1761 | 66 - 16,8372 |
| 33 - 15,1655 | 67 - 17,3222 |
| 34 - 14,9699 | |

Fonte: Incra (2012a).